

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE**  
**CIDADES**

**Rosilene Cunha Tavares**

**REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO: O QUADRILÁTERO**  
**HISTÓRICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**2009**

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE**  
**CIDADES**

**Rosilene Cunha Tavares**

**REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO: O QUADRILÁTERO**  
**HISTÓRICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção do grau de mestre em planejamento regional e gestão de cidades.

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELIS DE ARAÚJO MIRANDA**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ**

**2009**

**ROSILENE CUNHA TAVARES**

**REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO:  
O QUADRILÁTERO HISTÓRICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção do grau de mestre em planejamento regional e gestão de cidades.

Aprovada em 2 de dezembro de 2009

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elis de Araújo Miranda - Orientadora  
Universidade Candido Mendes

---

Prof. Dr. José Fernando Rodrigues de Souza  
Universidade Candido Mendes

---

Profa. Dra. Zeny Rozendahl  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**2009**

## DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Décio Tavares,

À memória do espaço e tempo por ele vivenciados,  
Aos múltiplos sentidos evocados por esse resgate da memória,  
Ao desvelamento dos tesouros dos dias antigos que despertam um patrimônio emocional,  
pleno de imagens e símbolos,  
A essa comunicação silenciosa e palpitante de reconhecimento de raízes profundas e  
plurissignificativas,  
A essa filiação de amor!

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Danúsia, e minhas irmãs, Denise e Eliane, pelo incentivo e apoio constantes;

A todos os meus professores do Mestrado, em especial à prof.<sup>a</sup> Elis de Araújo Miranda, pela amizade e indicação dos caminhos a serem percorridos, à prof.<sup>a</sup> Elzira Lúcia de Oliveira, pelos ensinamentos e orientação metodológica precisa, e ao prof. José Fernando Rodrigues de Souza, por sua disponibilidade;

Aos colegas José Henrique Ressiguiier e Leonardo Vasconcelos Silva, pelas informações, livros e fotos que tão generosamente me cederam;

Aos grandes amigos e colegas de magistério, Gil Carlos Pereira Gomes e Célia Maria Braga de Carvalho, pelas sugestões e apoio em todos os momentos.

A Emmanuel Marcou, com quem também partilho o gosto e o interesse por novos conhecimentos.

*As cidades, como os sonhos, são construídos por desejos e medo, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, que todas as coisas escondam uma outra coisa.*

(CALVINO, Ítalo, *As Cidades Invisíveis*, Cia. das Letras: 1995, p.44)

## RESUMO

### REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO: O QUADRILÁTERO HISTÓRICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

O objeto de estudo deste trabalho é o espaço urbano denominado ‘quadrilátero histórico’, em Campos dos Goytacazes. É um conjunto arquitetônico estruturado no entorno da Praça Barão do Rio Branco, e no qual se destacam os seguintes marcos históricos: o prédio do Liceu de Humanidades de Campos, construído nos meados do século XIX para residência do Barão da Lagoa Dourada, o da Vila Maria, edificado nas primeiras décadas do século XX, o do Fórum Nilo Peçanha, atualmente ocupado pela Câmara de Vereadores de Campos e cuja construção data de 1935, além da própria Praça, que conserva as características originais da ‘*Belle Époque*’. Entende-se que esse conjunto é marco de uma época e de uma classe social, que estão representados na permanência de elementos significativos para a memória coletiva, e, portanto, para a construção do sentido de identidade, como ícones do poder simbólico econômico e político da elite social campista. A análise, que utiliza os conceitos teóricos da Nova Geografia Cultural, se faz a partir da paisagem atual, enfocando sua importância para o patrimônio histórico e cultural da cidade. Busca-se reconstituir o contexto histórico em que se inserem esses elementos espaciais numa abordagem que estabelece conexões entre os níveis local, nacional e internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** quadrilátero histórico, paisagem, identidade, memória, poder simbólico, patrimônio cultural.

## ABSTRACT

### REPRESENTATIONS IN SPACE: THE HISTORICAL QUADRILATERAL IN CAMPOS DOS GOYTACAZES

The main purpose of this project is the urban space denominated "historical quadrilateral" in Campos dos Goytacazes. It is an architectural surrounding built around Barão do Rio Branco square, in which what really outstands are the historical buildings such as Liceu de Humanidades de Campos, built in the middle of the 19th century to be the residence of the Barão da Lagoa Dourada, the Vila Maria, built in the beginning of the 20th century, and the Nilo Peçanha Forum, actually occupied by the Câmara de Vereadores de Campos, and which was built in 1935, besides the square itself, which keeps until this very day with its original structure of the "Belle Epoque". It is believed that this surrounding is the landmark of a time and of a social class, which are still represented in the permanence of meaningful elements which maintain the signification of identity of that time as an icon of the symbolic economical and political power of the cream of Campos society. The analysis, which uses the theoretical concepts the New Cultural Geography, is made from today's view focusing on its importance for the historical and cultural patrimony of the city. One tries to rebuild the historical context in which the spatial elements are inserted in an approach which establishes connections among the local, the national and the international levels.

**KEY-WORDS:** Historical quadrilateral, landscape, identity, memory, symbolic power, cultural patrimony.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planta do Quadrilátero Histórico.....	30
Figura 2- Cartograma de Campos - 1837 .....	32
Figura 3 –Liceu de Humanidades - início do séc.XX.....	35
Figura 4 - Detalhe do frontão .....	36
Figura 5 - Liceu de Humanidades - século XXI .....	36
Figura 6 - Portão lateral -.....	37
Figura 7 - Planta Baixa - andar térreo do Liceu .....	38
Figura 8 - Planta baixa do andar superior do Liceu.....	39
Figura 9 – Lustre do Salão Nobre.....	40
Figura 10 - Detalhe das Sancas – Salão de Banquetes – .....	40
Figura 11- Liceu de Humanidades de Campos – início do século XX.....	41
Fonte: INEPAC .....	41
Figura 12 – Liceu de Humanidades –séc. XXI.....	44
Figura 13 – Marco Comemorativo da Fundação da Vila de São Salvador no pátio externo da Igreja de São Francisco.....	46
Figura 14 - Planta de Situação da Praça Barão do Rio Branco -1914.....	48
Figura 15 – Planta da Praça Barão do Rio Branco- 1914.....	49
Figura 16 - Praça Barão do Rio Branco - início do século XX – .....	50
Figura 17- Busto do Barão do Rio Branco (séc.XX).....	51
Figura 18 – Busto do Barão do Rio Branco (séc.XXI).....	51
Figura 19 - Estátua de Osvaldo Aranha – séc. XXI.....	52
Figura 20 - Coreto da Praça Barão do Rio Branco .....	53
Figura 21 – Coreto da Praça Barão do Rio Branco no Início do Século XX .....	53

Figuras 22 e 23- Detalhes dos postes de ferro da Praça Barão do Rio Branco .....	54
Figura 24 – Chafariz e coreto na Praça Barão do Rio Branco.....	54
Figura 25 - Vila Maria – vista noturna – .....	57
Figura 26- Atilano Chrisóstomo .....	58
Figura 27- D. Finazinnha.....	58
Figuras 28 e 29 - Detalhes do Florão.....	59
Figura 30 – Vila Maria - início do século XX.....	59
Figura 31- Entrada principal.....	60
Figura 32– Inscrição na entrada.....	60
Figura 33- Escada principal.....	60
Figura 34 – Escada em Caracol .....	60
Figuras 35 e 36- Detalhes dos azulejos da cozinha .....	61
Figura 37- Praça Barão do Rio Branco e Fórum Nilo Peçanha.....	62
Figura 38 – Fórum - século XXI .....	65
Figura 39 – Brasão e Alegorias .....	66
Figura 40- Detalhe da Águia .....	66
Figura 41- Detalhe do Capitel .....	66
Figura 42- Detalhe da Porta.....	67
Figura 43- Hall de entrada .....	67
Figura 44- Casa dos Rodrigues (Atual Procuradoria Regional do Trabalho 1 <sup>a</sup> r./RJ).....	68
Figura 45 – Casa no entorno da Praça (atual sede da EMUT) .....	69
Figura 46 – Mansão ao lado do Fórum.....	69
Figura 47 - Cruzamento da Gil de Góis e Baronesa.....	69
Figura 48: Áreas de Especial Interesse.....	75

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO ..	19
3. O LICEU E A PRAÇA: MEMÓRIAS DO PERÍODO IMPERIAL .....	25
4. A VILA MARIA: HERANÇA DO PERÍODO ÁUREO DA CANA –DE - AÇÚCAR..	56
5. O FÓRUM E SEU ENTORNO: REPRESENTAÇÕES DO PODER SIMBÓLICO .....	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	72
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79
ANEXO 1: CARTA DE LEI ELEVANDO A VILA DE SÃO SALVADOR À CATEGORIA DE CIDADE.....	81
ANEXO 2: CARTA DE DESPEDIDA DO BARÃO DA LAGOA DOURADA .....	82
ANEXO 3: DECRETO DE CRIAÇÃO DO LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS ...	83
ANEXO 4: NOMEAÇÃO DE COMISSÃO COM O FIM DE PROMOVER DONATIVOS PARA CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA O LICEU .....	85
ANEXO 5: FOTOS DO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO FÓRUM ....	86

## 1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é o espaço urbano que constitui o chamado ‘quadrilátero histórico’ em Campos dos Goytacazes. É ele um conjunto arquitetônico que se estruturou no entorno da Praça Barão do Rio Branco, mais conhecida como Praça do Liceu e no qual se destacam vários marcos históricos: o prédio do Liceu de Humanidades de Campos, construído nos meados do século XIX para residência do Barão da Lagoa Dourada, o da Vila Maria, edificado nas primeiras décadas do século XX, o do Fórum Nilo Peçanha, atualmente ocupado pela Câmara de Vereadores de Campos e cuja construção data de 1935, além da própria Praça, que conserva as características originais da ‘*Belle Époque*’.

A análise se faz a partir da paisagem atual, enfocando sua importância para o patrimônio histórico e cultural da cidade. Busca-se reconstituir, a partir da paisagem que hoje existe, o contexto histórico em que se inserem esses elementos espaciais datados do final do século XIX e início do século XX, numa abordagem que estabelece conexões entre os níveis local, nacional e internacional.

Como existem diferentes modos de se analisar uma paisagem, a opção feita foi pela da Nova Geografia Cultural. De acordo com ela, entende-se um conjunto urbano como marco de uma época e de uma classe social, representados na permanência de elementos significativos para a memória coletiva, e, portanto, para a construção do sentido de identidade

Nesse recorte espacial, os elementos arquitetônicos, ícones da ocupação extensiva da cidade, remetem ao passado, contam a história de membros de uma elite econômica que ali deixou impressas as marcas de suas aspirações, desejos, valores, gosto estético. São

representativos do poder simbólico econômico e político da elite social campista. É um espaço em que o conjunto arquitetônico se destaca, em comparação com os demais bairros da cidade, despertando interesse e motivação para que se efetue uma pesquisa sobre o contexto político-social em que foi construído.

Nessa perspectiva, considera-se que o espaço urbano tem um significado social, histórico, psicológico, político, religioso muitas vezes, enfim um significado cultural para seus habitantes. É assim que se delineia o sentimento de identidade, que desempenha importante papel no processo de apropriação coletiva do espaço.

O estudo das sociedades humanas tem revelado que, através dos tempos, o homem vem interagindo com o meio ambiente, apropriando-se dele, utilizando seus recursos, alterando-o, transformando-o, destruindo-o muitas vezes, mas, quase sempre, recriando-o.

E assim a evolução das sociedades se traduz nas construções que se realizam no espaço. Espaço e tempo – paisagem e memória – tornam-se categorias indissociáveis e básicas para o entendimento do processo por que passam os grupos sociais em suas relações com o espaço. Essa construção da paisagem envolve igualmente elementos culturais e ideológicos.

O espaço construído, visto como produto de uma atividade coletiva, assume forma e estratégias particulares, que lhe dão forma, estrutura e função próprias. Torna-se marca de identidade de um grupo social, já que é a representação do poder político, cultural, alcançado por aquela sociedade numa dada época e lugar.

Desse modo, é possível fazer-se a leitura de uma paisagem, como se fosse um texto, a partir dos elementos nela inseridos, que remetem não só a um tempo como aos grupos sociais que os construíram e, conseqüentemente, os transformaram também em representações de poder simbólico, como ensina Bourdieu (2002).

Para este estudo, foi utilizada a pesquisa documental, com consulta a livros, jornais de época, fotografias, documentos e mapas históricos. Paisagem e memória são apresentadas

como forma de representação social. Retomam-se, para isso, conceitos de Pierre Bourdieu, Denis Cosgrove, Paul Claval, Roberto Correa Lobato, Jacques Le Goff, entre outros.

O conceito de representação nas ciências sociais foi usado, primeiramente, por Durkheim, quando estabeleceu as diferenças entre as representações individuais e coletivas. Seu objetivo, então, era estabelecer um objeto específico para a sociologia, marcando os limites entre ela e a psicologia. Lançou, assim, os fundamentos de uma sociologia das formas simbólicas, uma vez que, para ele, as formas de classificação deixariam de ser universais e se tornariam sociais, ou seja, arbitrárias, relativas a um grupo particular e, por consequência, socialmente determinadas.

A noção de representação social vem sendo mais estudada nas últimas décadas, quando surgiu a necessidade de se explicar a importância que a dimensão cultural exerce sobre os fenômenos sociais. Dessa forma, cultura, economia e política se tornam as principais dimensões a serem consideradas numa análise da realidade social.

A interação dessas três dimensões foi analisada pelos clássicos das ciências sociais, tendo, a partir do século XIX, se iniciado um processo de especialização que, inicialmente, enfatizou a política e a economia. Na segunda metade do século XX, é a dimensão cultural que assume maior importância, principalmente a partir dos anos 80.

O estudo do sistema de representações simbólicas se tornou imprescindível à medida que se processou a expansão dos mercados e, conseqüentemente, surgiu a necessidade de se ampliarem as técnicas de *marketing* e de publicidade, envolvendo as dimensões política, econômica e/ou social. Desse modo, as representações sociais passaram a ser estudadas por várias áreas de estudos sociais e surgem duas vertentes: uma, que reduz os fenômenos sociais aos fenômenos lingüísticos, com uma visão fortemente idealista, e outra, realista, que opta pelo desenvolvimento da relação entre poder e conhecimento.

É essa segunda vertente a responsável pela noção de representação coletiva ou social nas ciências humanas. Na década de 80, observa-se, nos estudos de História, a configuração de uma nova história cultural, que busca demonstrar que a realidade é construída culturalmente, que as representações do mundo social é que constituem a realidade. Ocorre o

que Peter Burke (1991, p. 94) denomina “*viragem antropológica*” e que, segundo ele, “*pode ser descrita, com mais exatidão, como uma mudança em direção à antropologia cultural ou ‘simbólica’*”. Segundo ele, os historiadores passam a recorrer a estudos antropológicos e nomes como o de Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Erving Goffman, entre outros, são citados em suas obras. Burke (1991, p.24) destaca a contribuição de Bourdieu, acrescentando:

Seu conceito de ‘capital simbólico’ fundamenta alguns trabalhos recentes sobre a história do consumo ostensivo. Historiadores de mentalidades, cultura popular e da vida cotidiana, todos aprenderam com a ‘teoria da prática’ de Bourdieu. A substituição da ideia de ‘regras sociais’ ( que considera muito rígida e determinista) por conceitos mais flexíveis como ‘estratégia’ e ‘*habitus*’ afetou de tal maneira a prática dos historiadores franceses que seria ilusório reduzi-la a exemplos específicos, como as estratégias matrimoniais dos nobres na Idade Média.

Para Bourdieu, as representações se materializam nas práticas sociais e nas instituições, mas não são autônomas. Ele parte do conceito de sistema e estrutura e coloca em questão a realidade das instituições e da vida social contemporânea. Em seu conceito de *habitus* mostra que as aprendizagens sociais (formais e informais) inculcam modos de percepção e comportamento nas pessoas. O *habitus* é entendido como o conjunto das disposições adquiridas num contexto e momento social particular, mas que, ao mesmo tempo, permite gerar novos comportamentos, estabelecendo o confronto entre a regra e o improvisado.

Burke (1991) destaca ainda a contribuição de Roger Chartier, um especialista em história da alfabetização, cujos ensaios exemplificam e discutem uma mudança na abordagem ‘*da história social da cultura para a história cultural da sociedade.*’ (p.98) Como explica Burke ( 1991, p. 99):

Em sua análise dos folhetos e outros textos, o termo central é ‘apropriação’. O popular não deve, ele sugere, ser identificado com um *corpus* particular de textos, objetos, crenças, ou seja o que for. O popular está na ‘maneira de usar os prosutos culturais’, tais como festivais ou matéria impressa. Os ensaios de Chartier estão, portanto, profundamente preocupados com a reescritura, com as transformações sofridas pelos textos particulares quando adaptados às necessidades do público, ou mais exatamente, de públicos sucessivos.

Nas ciências políticas, Stuart Hall coloca as representações na base imediata das identidades políticas e sociais. Na psicologia, Lacan enfatiza a importância da linguagem na construção da identidade individual. A psicologia social, com Serge Moscovici, se dedica ao desenvolvimento dessa noção e apresenta a teoria das representatividades. Portanto, quem busca estudar os fenômenos sociais na sociedade contemporânea, tem de, necessariamente, pensar a cultura e as representações sociais.

Por outro lado, o espaço oferece também possibilidades múltiplas de leitura, pois não é homogêneo o processo de apropriação que sofre dos grupos sociais. Reflete a diferenciação das classes sociais, permitindo aproximações e distanciamentos entre os indivíduos.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar as idéias do geógrafo inglês Denis Cosgrove (1978), para quem a paisagem urbana deve ser compreendida como resultante da forma como a sociedade a organiza, a partir de seu modo de produção econômica. Afirmar ainda que o conceito cultural de paisagem não surge na mente dos seres humanos descolado de um contexto histórico de relações humanas. Para ele, a cultura dominante procura produzir paisagens de acordo com sua imagem de mundo, que é imposta como realidade de todos. Nesse caso, as paisagens alternativas seriam produzidas por grupos não dominantes, teriam menos visibilidade e, conseqüentemente, a elas não seria atribuído o mesmo valor.

Essa concepção também é reforçada por James Duncan, em seu trabalho “The City as Text”, onde avalia as relações entre paisagem e poder político. Duncan mostra que a paisagem, entendida como processo cultural, pode servir tanto à reprodução como à contestação do poder político. Dialogando com pesquisadores das ciências sociais, adota uma abordagem interdisciplinar da cultura e da produção cultural. Reconhece que as paisagens não servem apenas para atender às necessidades funcionais dos homens, nem representam criações culturais localizadas, já que as formas que se encontram nos conjuntos arquitetônicos, com seus símbolos e ícones, representam a história que os grupos, em especial os poderosos, contam sobre si mesmos.

Os conceitos de memória utilizados neste trabalho baseiam-se nos textos de Jacques Le Goff, que estudou as relações entre tempo e memória e para quem é o tempo da memória

que atravessa a história e a subsidia: *“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”* (Le Goff, 2003, p. 477). Para Le Goff, a memória coletiva, presente em entrevistas, em narrativas pessoais ou em monumentos históricos, adquire o *status* de documento histórico. Esse entendimento da memória como fonte viva da história é resultado de transformações que vêm ocorrendo e que propõem a introdução da subjetividade na história. Desse modo, a historiografia se torna mais narrativa e humana, menos expositiva e mecanicista.

Também o espaço urbano espelha as representações sociais, produzindo e reproduzindo relações sociais de desigualdade. É igualmente o lugar da coexistência de contrários - do uso de todos os bens de consumo assim como da incapacidade de sua fruição. Cria a exclusão e remete para as periferias as classes menos favorecidas.

Todavia, ao mesmo tempo, cria vínculos com aqueles que o habitam, na medida em que dá forma a um sentido de identidade, de pertencimento. São lugares, construções, monumentos que remetem a fatos, vivenciados ou não, mas presentes na memória. Portanto, valores e crenças dos indivíduos afetam o modo como vêem e interpretam o espaço em que vivem.

Busca-se relacionar esses conceitos à paisagem atual no recorte espacial feito, identificando e explicando as diversas marcas nela impressas em distintos momentos da história da cidade. O estudo não se limita à observação e descrição dos aspectos físicos, mas tenta identificar as relações entre esses elementos da paisagem e o contexto sócio-histórico em que se acham inseridos. Entende-se, também, que os elementos espaciais construídos remetem a um grupo social específico, que ali deixou impressos seus ideais estéticos.

Basicamente, a dissertação consta, no que diz respeito aos elementos textuais, de introdução, desenvolvimento com quatro capítulos e conclusões finais.

Na Introdução, está definido o tema a ser tratado - a análise do espaço urbano - e sua abrangência - o entorno da Praça Barão do Rio Branco; são ainda indicados o objeto do estudo, as questões norteadoras, os objetivos e o referencial teórico. São igualmente

apresentadas a motivação para essa pesquisa e as razões da escolha dessa área de estudo, que remetem à história da cidade de Campos dos Goytacazes.

O recorte espacial é identificado e descrita a paisagem atual, a partir da qual será reconstruído o contexto histórico que lhe deu origem, em três fases distintas: o período colonial (presente nos nomes das ruas), o do império (na arquitetura do palacete do Barão) e da república.(na urbanização da praça e prédios da Vila Maria e do Fórum).

No primeiro capítulo do Desenvolvimento, faz-se a construção do objeto de estudo sob viés metodológico e se apresentam os conceitos teóricos básicos que permeiam as análises dos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo estabelece, a partir da análise da paisagem atual, as representações sociais que o conjunto arquitetônico formado pelo prédio do Liceu de Humanidades e a Praça Barão do Rio Branco apresentam. O ponto de partida é o entendimento de que a paisagem se constitui como um acúmulo de temporalidades e assim se buscaram, na História, as explicações para que a paisagem atual esteja configurada dessa forma, considerando-se que essas representações remetem a um determinado grupo social - a elite econômica da cidade, que modelou aquele espaço, imprimindo nele suas preferências, valores e gosto estético.

No terceiro capítulo, destaca-se a Vila Maria, identificada como uma representação do período áureo da cana-de-açúcar, construída por um rico usineiro, proprietário de duas usinas de açúcar e muitas outras fazendas. Busca-se identificar as relações entre ideologia, história e memória presentes no recorte espacial feito. Paisagem, memória e poder simbólico são analisados como formas de representação social impressas naqueles objetos espaciais.

O Fórum e seu entorno, com construções características do estilo neoclássico, que remetem a uma arquitetura utilizada para expressar o poder econômico e político, é o tema do quarto capítulo. Retomam-se conceitos de Pierre Bourdieu e Roberto Correa Lobato, entre outros, e busca-se relacionar esses conceitos à paisagem atual. O estudo não se limita à observação e descrição dos aspectos físicos, mas tenta identificar as relações entre esses elementos da paisagem e o contexto sócio-histórico em que se acham inseridos.

Nas Considerações Finais, ressalta-se a importância desse espaço para o patrimônio histórico e cultural da cidade, bem como possibilidades turísticas para a área.

## **2. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

Uma vez determinado o objeto de estudo, e tendo em vista suas especificidades, optou-se pela pesquisa qualitativa, realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Considerou-se que este é um método que favorece a construção do objeto, já que permite a descoberta de dimensões não conhecidas do tema em questão.

A operacionalização metodológica constou, assim, de quatro etapas: pesquisa documental e bibliográfica, trabalho de campo, com visitas e registro fotográfico, seleção e organização do material e redação do trabalho.

Para a realização da primeira etapa – seleção, leitura e fichamento da bibliografia básica - foram previstos inicialmente cerca de seis meses, prazo que precisou ser dilatado, para que se fizesse a correta apreensão dos principais conceitos: representação, paisagem e memória e se identificasse, igualmente, uma bibliografia acerca da história dos elementos espaciais previamente definidos: a Praça Barão do Rio Branco, o palacete do Barão da Lagoa Dourada, a Vila Maria e o Fórum Nilo Peçanha.

É importante ressaltar que as disciplinas do Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, iniciado em março de 2008, é que propiciaram o embasamento necessário para a realização desse trabalho. Também é relevante destacar a orientação precisa e objetiva da professora. Dra. Elis Miranda, desde a seleção da bibliografia e o empréstimo de vários livros, até a disponibilidade para acompanhar as pesquisas de campo e realizar a cobertura fotográfica.

No que diz respeito ao trabalho de campo, foram feitas visitas ao Arquivo Público Municipal, atualmente funcionando no Solar do Colégio, em Tocos, distrito de Campos e distante cerca de 20 km do centro da cidade, para que se pudesse avaliar a disponibilidade dos materiais lá arquivados.

Constatou-se assim que lá se encontrava a coleção de jornais do Monitor Campista, um dos mais antigos do Brasil, pois foi fundado em 1834, sendo, por conseguinte, uma das fontes mais importantes sobre fatos relacionados à história da cidade. Grande parte dessa coleção já está microfilmada e disponível para pesquisas. Nessa mesma visita, foi revelada a existência de oito volumes referentes ao inventário do Barão da Lagoa Dourada, além de uma coleção de documentos da Câmara dos Vereadores, que se acha em fase de catalogação, mas ainda não acessível para pesquisa.

Numa das visitas feitas, obteve-se acesso à microfilmagem dos jornais referentes ao ano de 1880. A escolha do ano se deveu ao fato de ter sido quando foi adquirido, em leilão público, o palacete do Barão, para que ali funcionasse o recém-fundado Liceu de Humanidades de Campos. Todavia, a leitura foi bastante prejudicada, pois as imagens microfilmadas estão turvas, borradas, o que dificultou sobremaneira a leitura das informações. Nessa mesma visita, detectou-se que faltavam vários volumes, como os referentes ao período entre 1914 a 1920, bem como o do ano de 1935, quando foi inaugurado o Fórum. Esses exemplares seriam importantes para levantamento de informações sobre a reforma urbanística da Praça do Liceu, a construção e inauguração da Vila Maria e do Fórum Nilo Peçanha. Essas informações tiveram de ser buscadas em outras fontes, e foram obtidas na coleção particular do colega Prof. Leonardo Vasconcelos, que gentilmente cedeu fotos, plantas da reforma da praça e cópia de artigos publicados na imprensa local.

Outra atividade realizada foi a visita a cada um dos locais escolhidos – a Praça Barão do Rio Branco, o prédio do Liceu, o da Vila Maria e o do Fórum, para que se fizesse o registro fotográfico atual. Com essas fotos, foi possível se fazer a análise da paisagem atual, identificando, por comparação com fotos antigas, as alterações ocorridas, bem como as marcas temporais ali presentes e seus possíveis significados como formas de representação social. Um acervo de fotos antigas de Campos, já digitalizadas, foi

gentilmente cedido pelo colega de mestrado José Henrique Ressiguer, cujo irmão, fotógrafo profissional, as coleciona..

O uso de fotografias, da análise de imagens, vem sendo utilizado na pesquisa social como um recurso de intertextualidade, interpretado como suporte e complemento a outros textos que remetem ao contexto temporal em estudo. Entende-se, portanto, que a fotografia transmite uma mensagem que se processa através do tempo. É um símbolo e uma marca material sobre determinadas características do passado, que nela vêm representados.

Desse modo, vários aspectos são levados em consideração, entre os quais os dos processos de produção de sentido na sociedade contemporânea e o da própria percepção das imagens, que é também um fator cultural e, portanto, aprendido. Como afirma Mauad (2004, p 21): *“Entendida como uma relação entre sujeitos, a imagem visual engendra uma capacidade narrativa que se processa em determinada temporalidade. (...) As imagens nos contam histórias, atualizam memórias, inventam vivências, imaginando a história.”*

Neste trabalho não foram levados em consideração os aspectos técnicos da produção fotográfica, tais como a técnica do fotógrafo, enquadramento, nitidez, iluminação, cor etc. Priorizou-se o objeto retratado, ao qual se buscou dar um enfoque temporal, para destacar os elementos que permaneceram e os que se alteraram com a passagem dos anos. No que diz respeito ao tamanho das fotos, não se buscou uma uniformidade, para que se pudesse destacar aquelas consideradas mais significativas.

Considera-se que a fotografia é também resultado de um processo de construção de sentidos e que, portanto, remete a formas de ser e agir próprias da época em que foram feitas. Sendo assim, exige conhecimentos específicos para sua leitura e interpretação. Afinal, percepção e interpretação são faces de um mesmo processo, o da educação do olhar.

Segundo Mauad (2004, p 24):

À competência do autor corresponde a do leitor, cuja exigência mínima é saber que uma fotografia é uma fotografia, ou seja, o suporte material de uma imagem. Na verdade, é a competência de quem olha que fornece significados à imagem. Essa compreensão se dá a partir de regras culturais, que fornecem a

garantia de que a leitura da imagem não se limite a um sujeito individual, mas que, acima de tudo, seja coletiva. A idéia de competência do leitor pressupõe que este mesmo leitor, na qualidade de destinatário da mensagem fotográfica, detenha uma série de saberes que envolvem outros textos sociais.

Foi esse o enfoque dado ao trabalho. A pesquisa documental e bibliográfica forneceu informações sobre o contexto histórico, que puderam ser comprovadas e visualizadas nas fotos apresentadas. O levantamento dessas informações históricas foi feito, basicamente, em jornais da época e em livros de autores campistas, entre os quais se destacam os historiadores Alberto Lamego, Júlio Feydit e Horácio Sousa, além do jornalista Hervê Salgado Rodrigues.

O referencial teórico para a análise do espaço e da paisagem foi buscado nos conceitos da Nova Geografia Cultural, remetendo a textos de Denis Cosgrove, Paul Claval, Roberto Correa Lobato, Zeny Rosendahl, Otávio Costa, Maurício de Almeida Abreu, entre outros. Considera-se, assim, que o espaço urbano é uma construção social e mental. Constrói-se e vivencia-se de acordo com códigos e universos simbólicos os mais diversos, que se expressam nesse espaço e são passíveis de diferentes leituras.

Valores e crenças dos indivíduos afetam o modo como veem e interpretam o espaço em que vivem. Em Bourdieu encontra-se explicitado o conceito de poder simbólico nas representações sociais. Ao discorrer sobre as produções simbólicas como elementos de dominação, Bourdieu (2002, p. 10-11) afirma:

As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar com interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração física da sociedade no seu conjunto (...), para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (...) a cultura que une (intermediária da comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Para Bourdieu (2002), as diferentes classes se envolvem numa luta simbólica para imporem sua definição de mundo social que melhor se harmonize a seus interesses. O poder simbólico se torna assim um *“poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo*

*que é obtido pela força (física ou econômica graças ao efeito específico de mobilização.”*  
(p.14)

Assim, analisando-se os espaços urbanos, verifica-se que eles podem ser estudados sob formas diversas: como unidade estatística e espacial, como um lugar em as pessoas agem e interagem socialmente ou mesmo como um conjunto de imagens. Na realidade, o espaço urbano não se limita apenas às categorias de dimensão e função. A forma que as cidades adquirem bem como o modo como se organizam se refletem na paisagem urbana, que é a parte da estrutura urbana que se revela a nossos sentidos. É estabelecido um conceito cultural de valor, tanto estético quanto de uso, na utilização do espaço urbano.

Esse conceito de valor é desenvolvido por Argan (2001), em um de seus artigos no livro *Projeto e Destino*, onde afirma que *“o valor e a função dos tipos são aqueles que explicam as formas arquitetônicas em relação a um simbolismo e à ritualidade nele envolvida.”* (p.65) Acrescenta, ainda, que os tipos arquitetônicos devem ser entendidos *“como um esquema de ‘articulação espacial’, que veio se formando em relação a um conjunto de exigências práticas e ideológicas da existência”* (p. 69). E é isso que, em parte explica a facilidade com que construções de épocas passadas são substituídas por outras, mais representativas dos valores socioeconômicos vigentes. E Argan (2005, p.25) justifica:

E o que se aceita ou se recusa é, na realidade, a coexistência com a obra, a qual está fisicamente presente e, apesar de pertencer ao passado, ocupa uma porção do nosso espaço e do nosso tempo reais. Não temos alternativa: é um dado de nossa existência. Se lhe reconhecemos um valor, devemos inseri-lo e justificá-lo no nosso sistema de valores; caso contrário, devemos nos livrar dele, fingindo que não o vemos, removê-lo ou mesmo (como muitas vezes acontece), destruí-lo.

Ao defrontar-se com a natureza e modificá-la, é estabelecida uma relação cultural, que é também política, técnica. Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. O espaço se torna assim o resultado da produção humana – a paisagem – e passa a refletir o contexto histórico em que se insere e se faz presente. Entendendo-se a paisagem urbana como reveladora de uma realidade em um determinado momento do processo histórico, estabelece-se a conexão entre paisagem e memória. O espaço urbano é construído ao longo do tempo de vida das pessoas e mostra, em seus elementos, a história da população que ali reside, assim

como os recursos naturais de que dispõe e a forma como esses recursos são utilizados. Segundo Costa (2008, p. 150):

A relação entre paisagem e memória está assentada na geografia da percepção, na existência de um conjunto de signos que estruturam a paisagem seguindo o próprio sujeito e refletindo uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividade a partir da informação emitida por seu entorno.

É essa relação que define o conjunto de símbolos que expressa a memória de um lugar. A relação entre pessoas e paisagem passa a ser mediada por uma rede simbólica, em que o concreto, o visível remete ao imaterial, ao invisível. Os símbolos se tornam elementos mediadores entre as diferentes experiências de vida e sua expressão. Entender a paisagem é, portanto, estabelecer uma identidade entre o indivíduo e a paisagem. Esta será, inevitavelmente, mediada pelas práticas sociais. São elas que contêm o simbólico dos lugares, onde as relações se concretizam em realidades materiais, que estruturam a paisagem. É essa uma construção social que envolve não só a memória objetiva da história, mas também a afetividade, estabelecendo uma ligação emocional, como expressa Bachelard (2008, p. 25), ao afirmar: *“Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos.”*

Claval (1999, p.90) reitera o mesmo pensamento e o complementa, ao afirmar:

Os homens têm necessidade para dar um sentido a sua presença neste mundo, de se assimilar a um território que é, para eles, um refúgio e um espaço onde se sentem protegidos, conhecidos e reconhecidos. A história do grupo do qual fazem parte está ali, nas lembranças das batalhas, nos monumentos herdados do passado e no conjunto das histórias e das lendas que dão um sentido ao destino coletivo.

Essa abordagem cultural ajuda a compreender as mudanças por que passam as sociedades, nesse movimento constante, que cria o individual a partir do coletivo e o coletivo a partir de ações individuais.

A etapa seguinte constou da sistematização de todas essas informações, sua seleção, a articulação dos conceitos teóricos aos elementos detectados na paisagem atual do recorte espacial feito, e, por último, da redação do texto da dissertação.

### **3. O LICEU E A PRAÇA: MEMÓRIAS DO PERÍODO IMPERIAL**

A cidade, como ambiente construído, é o resultado da criatividade e do trabalho coletivo do homem e, desse modo, torna-se registro da história de seus habitantes. Os marcos urbanos – prédios, praças, monumentos – ultrapassam as funções práticas para que foram erigidos, compõem o desenho urbano e produzem a imagem simbólica da cidade..

Nesse sentido, pode-se afirmar que o espaço urbano se constitui de um componente objetivo, pois foi apropriado e transformado pela ação do homem, bem como de um componente subjetivo, caracterizado pelos significados simbólicos que são atribuídos a essas construções. E, evidentemente, esses significados não são uniformes, mas distintos para os diversos grupos sociais, dando origem a conflitos, já que são diferentes as visões e expectativas de cada um desses grupos.

Por outro lado, esse espaço urbano, produto cultural, sofre constantes transformações por parte daqueles que nele habitam. Argan (2005) explica que essas obras – monumentos, construções – apesar de pertencerem ao passado, permanecem no nosso tempo, ocupam um espaço atual, o que nos leva a inseri-las e justificá-las em nosso sistema de valores. E esse valor que lhes atribuímos é, por certo, bem diverso daquele que tinham os que os construíram. Ainda que as obras sejam as mesmas, as pessoas não o são mais.

Analisando-se os espaços urbanos, verifica-se que eles podem ser estudados sob formas diversas: como uma unidade estatística e espacial, como um lugar em que as pessoas agem e interagem socialmente ou mesmo como um conjunto de imagens.

Na realidade, o espaço urbano não se limita apenas às categorias de dimensão e função, mas difere também em qualidade e significação. A forma que as cidades adquirem, bem como

o modo como se organizam se refletem na paisagem urbana, que é a parte da estrutura urbana que se revela aos sentidos humanos. Um conceito cultural de valor, tanto estético quanto de uso, é estabelecido na utilização do espaço urbano, o que, de certo modo, pode explicar a substituição de construções de épocas passadas por outras mais representativas dos valores socioeconômicos então vigentes. Em Argan (2005, p.25) encontramos:

E o que se aceita ou se recusa é, na realidade, a coexistência com a obra, a qual está fisicamente presente e, apesar de pertencer ao passado, ocupa uma porção do nosso espaço e do nosso tempo reais. Não temos alternativa: é um dado de nossa existência. Se lhe reconhecemos um valor, devemos inseri-lo e justificá-lo em nosso sistema de valores; caso contrário, devemos nos livrar dele, fingindo que não o vemos, removê-lo ou, mesmo ( como muitas vezes acontece), destruí-lo.

O fato é que a paisagem se altera em função dos usos que a sociedade faz dela e, portanto, não se constrói apenas a partir do espaço físico, mas, principalmente, pelos usos que são dados a esse mesmo espaço. Formas e modos de organização se refletem na paisagem e são elementos essenciais para a compreensão do funcionamento de uma cidade.

As intenções humanas se concretizam nas construções, no aproveitamento do espaço físico. Moldam o ambiente, organizam o uso, fixam elementos que remetem a um determinado tempo. A cidade torna-se um espaço em que persistem elementos de vários tempos, elementos que refletem a história dos grupos sociais- geralmente os de maior poder aquisitivo – que construíram e usaram esse espaço. Landim (2004, p.38) acrescenta:

Uma vez que a sociedade se faz presente por meio de seus objetos, e considerando a paisagem urbana como produto resultante de vários fatores que poderiam ser sintetizados em História e natureza, onde a história é uma intervenção cultural do homem num determinado momento e a Natureza, uma base física qualquer, pode-se dizer que tecnicamente a paisagem urbana deve refletir ou pelo menos denunciar o momento histórico em que está inserida.

A produção e a construção da paisagem urbana, portanto, variam de acordo com os métodos e técnicas de produção e de acordo com as relações sociais e culturais vigentes em cada época. É uma imagem, uma criação mental e social, criada a partir das relações de uso que são estabelecidas e que criam um sentido de pertencimento, de identidade. O espaço edificado se estrutura com determinadas características, que o compõem e o transformam num

lugar para as pessoas que o habitam. Segundo Correa (2001, p.30), “*O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido*”.

Assim, esse desenho urbano muitas vezes se torna quase indecifrável, devido às sucessivas demolições e superposições de elementos, mas é ele que, em sua continuidade, dá o sentido de permanência e de identidade dos lugares. Claval (1999, p.88) acrescenta:

Através da análise da maneira pela qual cada um recebe uma bagagem de conhecimentos e de atitudes, enriquece-a com a sua experiência, e a interioriza tentando assegurar sua coerência, fica esclarecida a natureza das identidades e a maneira como elas se constroem.

Desse modo, ler a cidade, escrever sobre ela é tentar captar seu espírito, presente nessas obras, é construir uma possível leitura, mas jamais restaurar sua história na íntegra. Afinal, toda narrativa encerra uma dose de subjetividade, ainda que se busque a imparcialidade. Não há como evitar a intencionalidade do autor, que se faz presente na seleção dos aspectos apresentados, na escolha do vocabulário, na sequência escolhida, na visão de mundo que apresenta. Por outro lado, a leitura de um lugar é feita na apreensão das sucessivas camadas das construções ali instaladas e nas quais os elementos de codificação cultural se inscrevem, esperando ser descobertos, lidos, interpretados.

Como afirma Mumford (2008,[ 1ª ed.1982] p. 118)

Por meio de seus edifícios e estruturas institucionais duráveis e das formas simbólicas ainda mais duráveis da literatura e da arte, a cidade une épocas passadas, épocas presentes e épocas por vir. Dentro dos seus recintos históricos, o tempo choca-se com o tempo: o tempo desafia o tempo. Porque suas estruturas duram mais que as funções e finalidades que originalmente lhe deram forma, a cidade algumas vezes preserva para o futuro idéias que foram insensatamente postas de lado ou rejeitadas por uma geração passada;

Assim é que o valor de uma paisagem construída se estabelece com a criação de uma imagem que também configura um sentido de identidade, de pertencimento. É do vínculo com o passado que surge a força formadora da identidade. Claval (1999, p.92) reitera a importância da paisagem ao afirmar:

A paisagem desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimentos, de atitudes e de reflexos dos quais temos necessidade para viver: ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive, e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza (...) A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura.

Esse sentido de identidade se estabelece por meio de práticas sociais que recriam o espaço, já que os saberes e os fazeres humanos instituem novos significados, organizam e criam símbolos, estabelecem uma mediação entre o mundo interior e o exterior. É desse modo que surge uma relação entre paisagem e memória, baseada na percepção da existência de todo um conjunto de signos que estruturam a paisagem, refletindo uma composição mental que resulta de uma seleção plena de subjetividade.

Essa relação entre indivíduo e paisagem traz consigo o aspecto imaterial, é algo visível a remeter ao invisível. Como afirma De Certeau (2008, p.189):

Os lugares são histórias fragmentadas e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo.

Nesse sentido, a relação paisagem-espaço, que ocorre a partir da percepção humana, estabelece uma complementaridade e, ao mesmo tempo, uma oposição, ao conferir materialidade e subjetividade aos lugares, exercendo um papel fundamental na formação do ser humano.

Ao defrontar-se com a natureza e modificá-la, é estabelecida uma relação cultural, que é também política, técnica. Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. O espaço se torna assim, o resultado da produção humana – a paisagem – e passa a refletir o contexto histórico em que se insere e se faz presente. É Landim (2004, p.50) que explicita:

A construção de uma imagem do ambiente urbano, fruto da percepção e da cognição, é um processo bilateral existente entre a cidade e seus cidadãos, mediante o qual o cidadão atribui valores a esse espaço urbano, sendo, portanto, algo extremamente subjetivo e particular.

Entendendo-se a paisagem urbana como reveladora de uma realidade em um determinado momento do processo histórico, estabelece-se a conexão entre paisagem e memória. O espaço urbano é construído ao longo do tempo de vida das pessoas e mostra, em seus elementos, a história da população que ali reside, assim como os recursos naturais de que dispõe e a forma como esses recursos são utilizados. Segundo Costa (2008, p.150):

A relação entre paisagem e memória está assentada na geografia da percepção, na existência de um conjunto de signos que estruturam a paisagem segundo o próprio sujeito e refletindo uma composição mental resultante de uma seleção plena de subjetividade a partir da informação emitida por seu entorno.

É essa seleção que define o conjunto de símbolos que expressa a memória de um lugar. A relação entre pessoas e paisagem passa a ser mediada por uma rede simbólica, em que o concreto, o visível remete ao imaterial, ao invisível. Os símbolos se tornam elementos mediadores entre as diferentes experiências de vida e sua expressão.

Na linha evolutiva do progresso, a cidade sofre demolições permanentes, que apagam o que é velho, na constante busca do novo. E outros significados e funções estão permanentemente surgindo. Nesse espaço urbano, articulado, porém fragmentado, como ensina Corrêa (2003), é que essa imagem se constitui, em funções e usos diversos, numa expressão espacial de processos sociais.

Abreu (1998) ressalta que, no Brasil, a tendência de preservar a memória urbana é fato recente, não sendo comum encontrarem-se vestígios materiais do passado nas cidades brasileiras, mesmo naquelas que já existem há bastante tempo. Atribui isso ao fato de, principalmente após a proclamação da República, haver-se difundido a crença de que o país precisava se “modernizar” e, portanto, apagar tudo o que remetesse ao passado:

Essa fé no “país do futuro” tornou-se uma ideologia avassaladora a partir da República, e isto explica por que foram tão bem sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileira. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas “usanças” urbanas, taxando sempre esse comportamento com um indicador de conservadorismo, de atraso, de subdesenvolvimento. (p.9)

E é num contexto assim que se situa o conjunto arquitetônico denominado quadrilátero histórico de Campos dos Goytacazes (Figura 1). Nele se destacam quatro marcos mais representativos: a Praça Barão do Rio Branco e três prédios públicos que a circundam e que remetem a diferentes épocas da história da cidade: o do Liceu de Humanidades de Campos, (final do século XIX), a Vila Maria (início do século XX) e o prédio do Fórum Nilo Peçanha, (década de 30 do século XX), onde atualmente funciona a Câmara Municipal. Todavia, todo o conjunto guarda características de época, bem como representa momentos de apogeu econômico do município, vinculando-o, igualmente, à economia regional e nacional. Todo o conjunto se tornou bem tutelado, a partir de 1988.



FIGURA 1 – PLANTA DO QUADRILÁTERO HISTÓRICO

FONTE: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – INEPAC

Em meados do século XIX, o sítio era uma chácara pertencente a José Martins Pinheiro, que fora Juiz de Paz e vereador, além de senhor de engenho muito rico e proprietário de várias

fazendas na região. Suas terras foram adquiridas dos herdeiros dos Assecas<sup>1</sup>, tendo pertencido, originalmente, ao morgado<sup>2</sup> do General Salvador Correa de Sá e Benevides.

Situada às margens do Rio Paraíba do Sul, próximo à foz, a cidade de Campos ocupou uma planície de aluviões sujeita a sucessivas enchentes. Lamego (1974, p.52) assim relata:

O velho delta foi sendo soterrado, por aluviões recentes e atuais, e o solo cinzento da região ou negro dos velhos pântanos recoberto por sucessivas camadas de argila amarelada, de fertilidade excepcional. O leito do Cula estreitou-se, obstruído. E a planície campista estendeu-se até as margens atuais da lagoa Feia, recortada de lagoas, em rosário ao longo dos velhos caminhos d' água. A montante da cidade as novas aluviões também cobriram o antigo delta, deixando as águas no seu rasto lagoas idênticas.

Essa característica de topografia favoreceu a zona rural, já que a primeira atividade econômica da região foi a pecuária, devido à fartura de águas e aos extensos campos de capim. A partir de 1750, o cultivo da cana de açúcar veio a dominar a economia da região. Todavia, na área urbana, as lagoas e brejais dificultavam a circulação e, por serem muitas vezes utilizadas para despejo de dejetos, criavam um ambiente propício ao aparecimento de doenças, como as epidemias de cólera-morbo que atingiram a cidade em 1855 e 1867, dizimando a população.

Aristides Soffiati (2009), em um artigo sobre as lagoas urbanas da cidade, no jornal Folha da Manhã, em 26/04/2009 assim se expressa:

Nas terras em que se ergueria a vila, depois cidade de Campos, havia incontáveis lagoas. Várias delas não chegaram sequer a ser batizadas. Onde hoje se situa o Parque Alberto Sampaio, existia a famosa Lagoa do Furtado, que morreu com o nome de Lagoa do Osório, drenada pelo canal Campos-Macaé. (...) Nas cercanias do Liceu, estendia-se outra lagoa com o nome de Dourada ou da Baronesa. Daí os donos do palacete que abrigaria o Liceu, em 1880, possuírem os títulos de Barão e Baronesa da Lagoa Dourada.

---

<sup>1</sup> Refere-se ao título de nobreza (visconde) concedido a Martim Corrêa de Sá, filho de Salvador Corrêa de Sá e a seus descendentes que, como grandes proprietários de terras, interferiram na política e administração da região até meados do século XIX. Teriam sido sete ao todo.

<sup>2</sup> Vocábulo empregado no Direito antigo para indicar o vínculo de certos bens que se transmitiam seguidamente aos sucessores, sem que pudessem ser vendidos ou divididos, para que se mantivesse o nome da família. O herdeiro do morgado era sempre o primogênito.

Quando a vila de São Salvador de Campos foi elevada à categoria de cidade pela Carta de Lei, datada de 28 de março de 1835, (Anexo 1) aqui viviam, aproximadamente sete mil habitantes e o núcleo urbano era bastante limitado. Em que pese a simplicidade e a falta de infraestrutura, já era considerada a mais importante do interior da Província. Sousa (1985, p.18) a descreve:

A Carta de Lei do Visconde de Itaboraá, veio encontrar a novel cidade da margem do Paraíba com dúzia e meia de ruazinhas estreitas e tortuosas, e seis travessas, quase todas sem pavimentação, crivadas de atoleiros, à míngua de iluminação pública, sendo esta feita por setenta e quatro lampiões de azeite de peixe, construções acaçapadas com as respectivas rótulas e recatados postigos, alguns solares dos barões e fazendeiros ricos.

A figura 2, um cartograma de 1937, nos dá a exata dimensão do perímetro urbano naquela época.

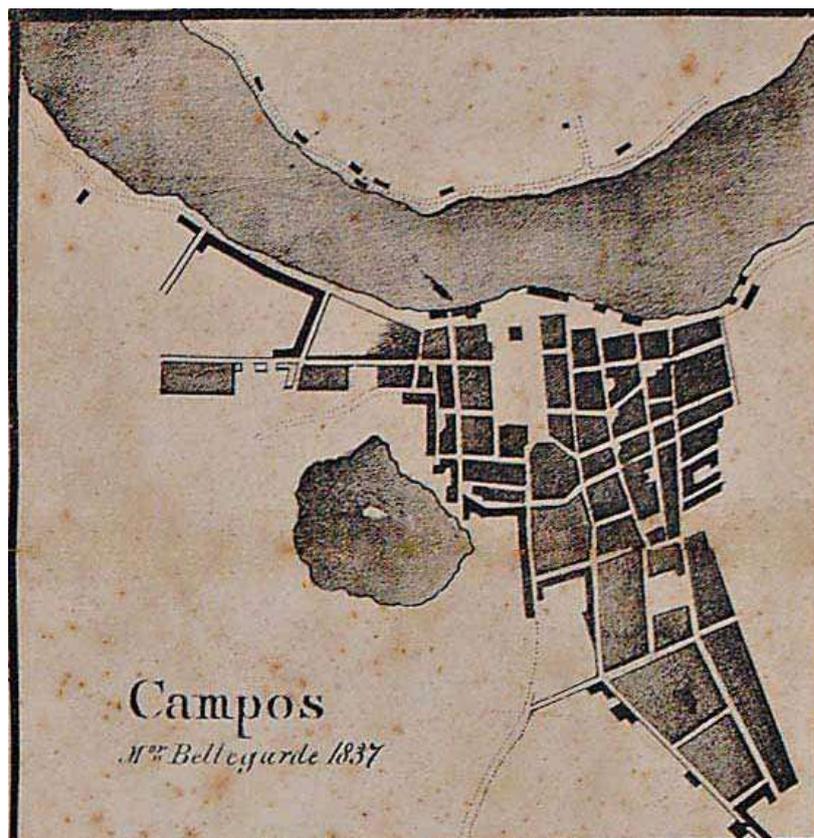


FIGURA 2- CARTOGRAMA DE CAMPOS - 1837  
FONTE : INEPAC

Como se pode observar, o núcleo urbano acompanhava as margens do rio Paraíba e se vê, com destaque, a lagoa do Furtado, limitando sua expansão a oeste. Segundo Sousa (1985,

p.18), havia cerca de “*dúzia e meia de ruazinhas estreitas e tortuosas, e seis travessas, quase todas em pavimentação, crivadas de atoleiros, à míngua de iluminação pública*”

Havia portos ao final de quase todas as ruas, pois, não existindo outros meios de transporte, era por eles que chegavam e saíam as mercadorias. Esses portos eram muito sujos, porque neles se fazia o despejo de matérias fecais, já que na época não havia infraestrutura de esgotos. Por toda Beira Rio, muitos guindastes auxiliavam nas operações de carga e descarga das mercadorias.

A falta de infraestrutura sanitária e higiene precária existente então na cidade não a tornava diferente das principais cidades européias na época. Como afirma Follis (2003, p.25), “*a insalubridade se constituía no principal problema urbano a ser enfrentado pelo Poder Público na Europa no transcorrer do século XIX.*” Somente ao associarem as precárias condições sanitárias das habitações com o surgimento das epidemias é que os administradores públicos passaram a criar leis urbanísticas que previssem não só a higienização das cidades, como também o embelezamento e a racionalização do espaço urbano. Em Campos, isso também ocorreu.

Observando-se, ainda, a figura 2, vê-se que não aparece indicado o sítio onde seria erguido o palacete do Barão da Lagoa Dourada, já que essa área ainda não fora ocupada. Como destaca Lamego (1974, p.152):

Na cidade que progride, nos canais que se cortam, nas estradas de ferro que se iniciam, em qualquer obra progressista efetuada na planície, há sempre o dedo do senhor de engenho, o parecer do senhor de engenho, o incentivo do senhor de engenho. Nada, sem ele, se faz. Dele é o capital em todas as empresas.

Corrêa (2003), ao analisar o espaço urbano capitalista, inclui os proprietários fundiários entre os principais agentes produtores desse espaço. Estariam eles interessados na expansão do espaço da cidade, uma vez que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Nesse sentido, exerceriam pressões junto às autoridades, visando a interferir no processo de definição das leis de uso de solo e zoneamento urbano. E isso, de fato ocorreu neste caso, já que em outubro de 1858, de acordo com o relato de Sousa (1985), José Martins Pinheiro, mais tarde agraciado com o título de Barão da Lagoa Dourada pelo imperador D. Pedro II, deu entrada na Câmara Municipal a um requerimento em que solicitava:

pretendendo edificar uma casa de vivenda em sua chácara compreendida no prolongamento assinalado da rua das Cancellas até a igreja do Sacco, requeria mandasse dar o devido alinhamento à mesma rua para poder edificar na verdadeira direção desta, evitando-se assim embaraços que possam sobrevir si não for o edifício devidamente collocado. (p. 153)

Três anos depois, novo pedido, para que fossem prolongadas até a praça, que já estava demarcada, as ruas da Constituição (hoje Avenida Alberto Torres) e das Cancelas (atual Gil de Góis). Oferecia também terreno de sua propriedade para que outra rua fosse aberta, paralelamente à das Cancelas, até a entrada da chácara do major Lucas José de Alvarenga. Esta rua é atualmente a Salvador Correa.

As obras do palacete foram iniciadas em 1861 e concluídas em 1864. A inauguração foi noticiada na imprensa local, segundo Cunha (1980, p.54) como “*o mais rico edificio e do melhor gosto que hoje se encontra na nossa cidade e seus subúrbios*”. Sua arquitetura obedeceu às linhas neoclássicas, nos moldes dos palacetes então construídos no Rio de Janeiro, capital do Império.

No ano seguinte, (1865), estando o Brasil em guerra com o Paraguai, partiu de Campos a primeira leva de voluntários para a guerra. O então comendador José Martins Pinheiro contribuiu com uma doação de 10 contos de réis, quantia bastante avultada na época, em favor dos voluntários, cerca de 100. Por esse gesto é que foi agraciado por D. Pedro II, mais tarde, com o título de Barão da Lagoa Dourada.

Na figura 3, a data precisa não pôde ser identificada. Ilustra o livro *Subsídios da História dos Campos dos Goytacazes*, de Júlio Feydit, escrito em 1898 e cuja primeira edição data de 1900, o que nos levaria a datá-la como sendo do final do século XIX. Nela se observam, além do palacete do Barão, onde já funcionava o Liceu de Humanidades, os trilhos de uma linha de bondes, que, de acordo com Sousa, foi inaugurada em 1883. O veículo estacionado do lado esquerdo também é uma indicação de época, bem como a demarcação do terreno indicando o início da praça. Rodrigues (1988, p.120) informa que a praça foi construída em 1914, no governo de Oliveira Botelho: “*No começo não existia a atual Praça Barão do Rio Branco. A área fronteira ao Liceu era, toda ela, um capinzal*”.

Observa-se, também, que ainda não tinham sido construídas as escadarias que atualmente dão acesso ao palacete, o que só ocorreu após o rebaixamento do piso, por ocasião da

construção da Praça. Assim, tudo indica que a foto deve ter sido tirada entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX.

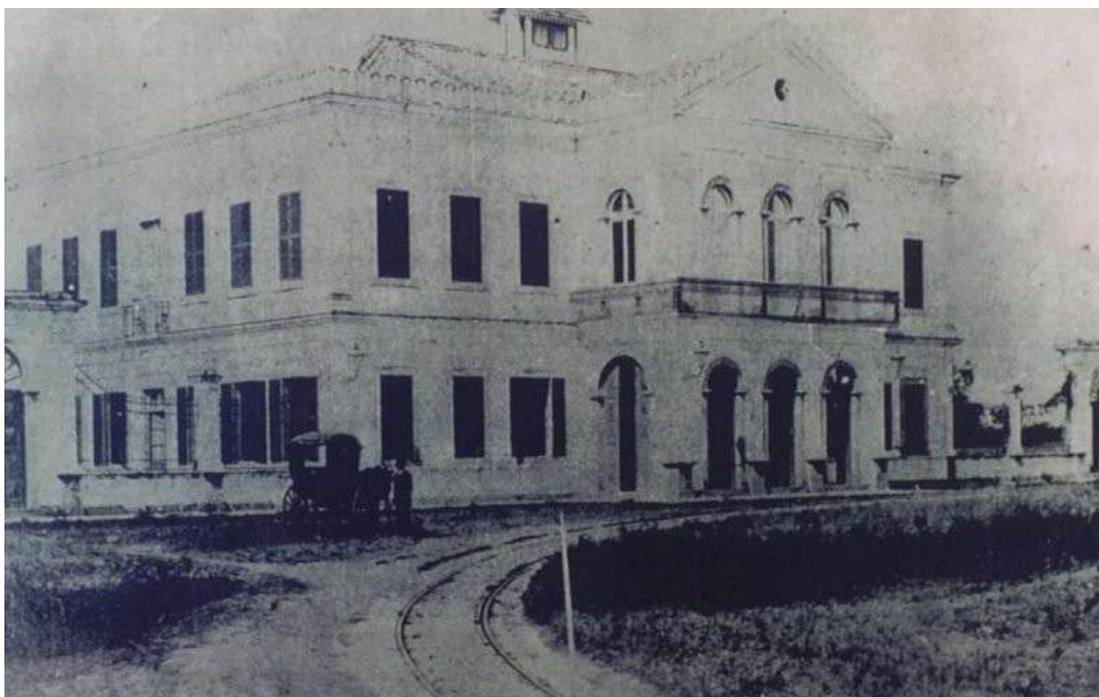


FIGURA 3 –LICEU DE HUMANIDADES - INÍCIO DO SÉC.XX  
FONTE: JÚLIO FEYDIT - SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE CAMPOS.

O edifício, que até hoje mantém seu aspecto imponente, tem dois pavimentos. No térreo, a parte central, projetada em relação ao restante da construção, é encimada por um largo frontão triangular com óculo, como se pode observar na figura 4. Destaca-se, também o friso com gregas em meandro e, como arremate, os antefixos coloridos azuis e brancos, como ameias estilizadas.



FIGURA 4 - DETALHE DO FRONTÃO  
 FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Nessa parte central há três grandes portas entalhadas e almofadadas, alcançadas hoje por uma larga escadaria, e mais duas portas nas laterais nessa parte projetada. Na época em que foi construído o edifício, não havia escadarias, mas rampas largas davam acesso às portas laterais, como se pode constatar na figura 3. Por essas portas laterais, segundo consta, é que entravam as carruagens para deixarem seus ocupantes. De fato, o piso do *hall* de entrada é de lajotas de pedra até hoje. Na parte de trás do edifício ficavam as senzalas. Atualmente esse espaço é ocupado por amplas salas de aula e, na sua lateral, à esquerda, há quadras de esportes.



FIGURA 5 - LICEU DE HUMANIDADES - SÉCULO XXI  
 FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Na linha do edifício, seis janelões, sendo três de cada lado, com cercaduras de cantaria lavrada em arco plano. Complementam a parte de frente do andar térreo, nas laterais, dois altos portões de ferro, como se observa na figura 6.

Ainda na figura 5, pode-se ver que uma ampla escadaria dá acesso ao *hall* de entrada, cujo piso é recoberto por lajotas de pedras. Atualmente, um gradil de ferro, com amplos portões, separa a entrada do acesso à escada de madeira que leva ao andar superior, em cuja parte central, projetada em relação ao restante da construção, há uma sacada de ferro trabalhada para a qual se abrem cinco grandes portas. Seis janelões, três de cada lado, no mesmo sentido do andar térreo completam a fachada. No telhado foi ainda construído um mirante, espécie de pavilhão aberto, de onde se tem uma vista panorâmica da cidade. Durante muitos anos, este foi considerado o ponto mais alto da cidade. Esse setor foi interditado, devido ao mau estado de conservação da escada de madeira que lhe dá acesso.



FIGURA 6 - PORTÃO LATERAL -  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

O palacete foi considerado o edifício mais imponente e rico da cidade, tendo sido inaugurado com grandes festas. A sensação foi a iluminação a gás, produzida por um gasômetro instalado no próprio palacete e que podia fornecer cerca de duzentos pontos de luz. O espanto deve, realmente, ter sido grande, considerando-se que a cidade era iluminada por lampiões de azeite de peixe, que produziam uma luz mortiça e enfumaçada.

Na figura 7, reprodução da planta baixa do andar térreo do palacete, pode-se visualizar a divisão do espaço e sua amplitude.

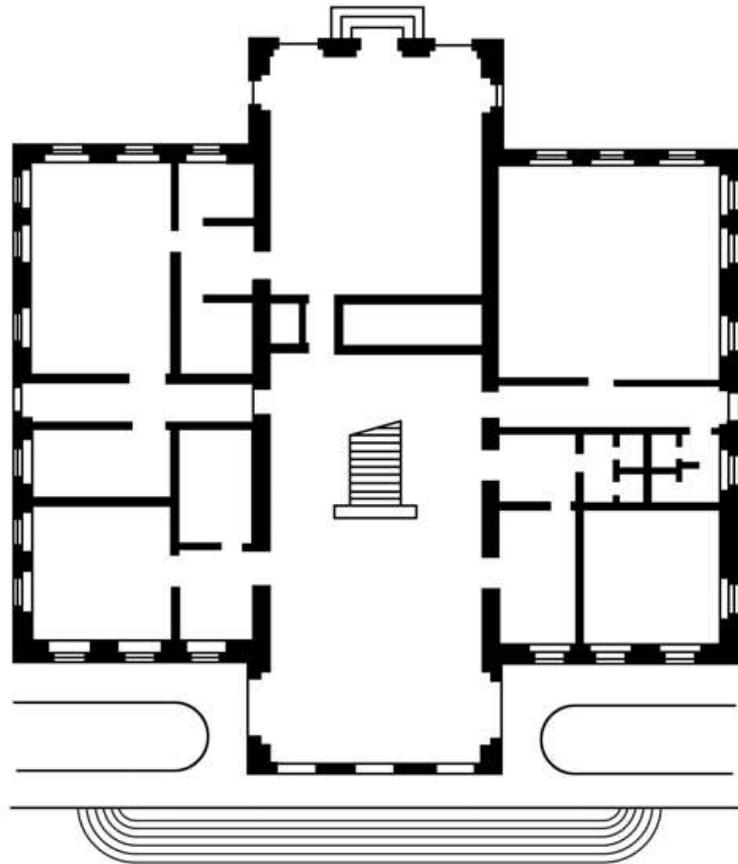


FIGURA 7 - PLANTA BAIXA - ANDAR TÉRREO DO LICEU  
 FONTE: INEPAC

O prédio original, em estilo neoclássico<sup>3</sup>, se encontra preservado, embora nele funcione, desde 1884, uma escola estadual de ensino médio, o tradicional e centenário Liceu de Humanidades de Campos, cuja fundação remonta a 1880. Dois anexos foram construídos, mais recentemente, para atender a demanda de alunos e oferecer melhores condições para o ensino. Atualmente, no prédio do palacete funcionam apenas setores administrativos. Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 27 de janeiro de 1998, tornou-se um centro cultural.

A figura 8 reproduz a planta do andar superior, onde se destacam o Salão Nobre e a Sala de Banquetes.

---

<sup>3</sup> Estilo arquitetônico surgido na Europa, no final do século XVIII, e que se contrapôs aos excessos barrocos. Há um retorno à simplicidade e racionalidade da arquitetura greco-romana, com edifícios que apresentam pórticos com colunas, frontispícios triangulares e uma decoração mais despojada.

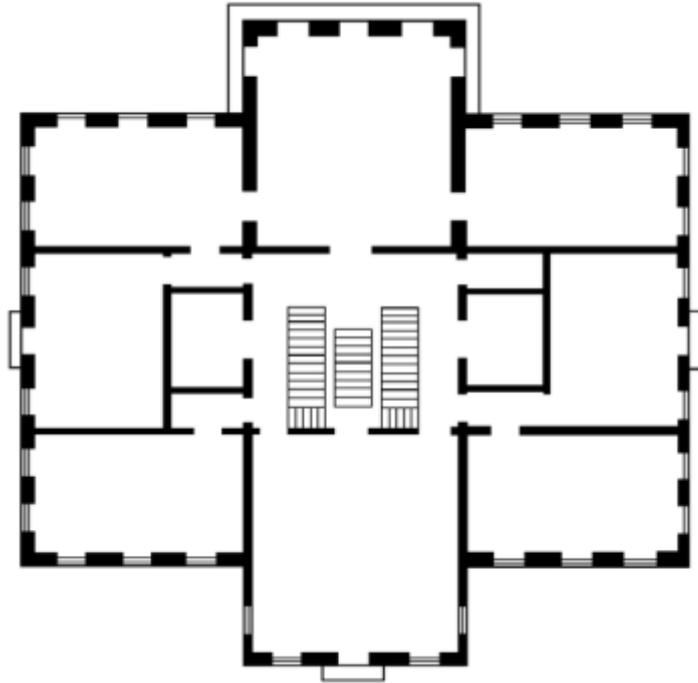


FIGURA 8 - PLANTA BAIXA DO ANDAR SUPERIOR DO LICEU  
FONTE: INEPAC

Nesse andar superior, a que se chega por uma ampla escadaria de madeira que se bifurca em dois lances, encontra-se o “Salão Nobre”, cujo mobiliário remete à época do Barão e tem por destaque um enorme lustre central, que seria uma réplica do original, todo de cristal (Figura 9). Como já foi dito, a iluminação do palacete era a gás, produzido por um gasômetro lá instalado. De acordo com Rodrigues (1988), o lustre original se encontra hoje no Museu Imperial, em Petrópolis. Quando foi inaugurado o palacete, essa forma de iluminação era uma novidade em Campos e revelava o gosto refinado e poder econômico de seus proprietários.



FIGURA 9 – LUSTRE DO SALÃO NOBRE  
 FONTE: INEPAC

Na parte posterior do Salão Nobre, há outro amplo salão. Originalmente foi a sala de banquetes, com enormes janelões e uma pequena sacada de ferro batido que dá para o pátio interno, onde ficavam as senzalas. As paredes desse salão são encimadas por sancas com frutos tropicais em alto relevo. (Figura 10) Conta-se que as refeições chegavam quentes ali, pois havia um pequeno elevador que vinha do andar térreo, onde ficava a cozinha. Como se pode ver nas plantas baixas (Figuras 7 e 8), o palacete era dotado de inúmeras dependências: quartos, biblioteca, escritório, capela, adega, despensa, banheiros etc. Cunha (1980) ressalta que só não havia quarto de criança, pois os barões não tiveram filhos.



FIGURA 10 - DETALHE DAS SANCAS – SALÃO DE BANQUETES –  
 FONTE: INEPAC

Na figura 11, foto também tirada no início do século XX, mas depois de 1914, quando ocorreu a reforma da Praça e o rebaixamento do piso que deu maior destaque ao prédio do Liceu, destacam-se os trilhos de uma linha de bondes. A primeira linha foi inaugurada em Campos em 19 de setembro de 1875 e ligava a estação da Coroa à Praça São Salvador. O

Barão da Lagoa Dourada, João de Queirós e Eduardo Guimarães foram os empresários responsáveis por sua implantação em Campos.



FIGURA 11- LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS – INÍCIO DO SÉCULO XX  
FONTE: INEPAC

Todavia, a seção que passava pelo Liceu só foi inaugurada em 7 de setembro de 1883. Nessa ocasião, o prédio já fora adquirido em hasta pública, para abrigar o Liceu de Humanidades, o que ocorreu após o suicídio do Barão, acontecido em 29 de julho de 1876,

O Barão, na época com 74 anos, não estava em boa situação financeira. Na carta que deixou para o amigo Alferes Antonio Lopes Rangel, afirma ter sido vítima da irresponsabilidade de amigos, de quem fora fiador, bem como da rebeldia dos escravos, aos quais atribuiu a difícil condição em que se encontrava. (Anexo 2)

De fato, aqui a campanha pela abolição da escravatura iria ter seu apogeu nos anos 80, mas já em 1856 fora criada a “Sociedade Campista Promotora do Trabalho Livre”, presidida pelo Barão de Carapebus, Joaquim Pinto Neto dos Reis. Relata Sousa (1985, p.223) “*Os sócios concorriam com quotas prefixas e préstimos pessoais ao grandioso impulso de substituir o trabalho de servidão pelo trabalho livre.*” Posteriormente, em março de 1870, surgiu a “Sociedade Emancipadora Campista”, que angariava fundos para promover a compra e a alforria de escravos.

A campanha abolicionista em Campos foi intensa e não se limitou ao confronto das idéias entre abolicionistas e os senhores de engenho. A economia da região centrava-se inteiramente na cana-de-açúcar e o escravo era sua mão de obra. A abolição traria a ruína da estrutura econômica em que se apoiava a sociedade campista. Porém, mesmo antes da promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, muitos proprietários já alforriavam os filhos de seus escravos. Entre eles, segundo Sousa (1985), Jeronymo Pereira Pinto, que, em 1870 já declarara forros todos os seus escravos, exemplo seguido pelo tenente-coronel Francisco de Paula Gomes Barroso, o Barão de Itabapoana, e por d. Francisca Maria Teixeira de Queiroz, que alforriaram todas as crianças nascidas em suas fazendas.

Em Sousa (1985, p.224), encontra-se o seguinte relato:

A Ordem dos Beneditinos, em 3 de maio de 1886, (...) já havia, por deliberação do Capítulo, dado alforria a todas as crianças nascidas nas fazendas do Mosteiro de São Bento, encarregando-se até de lhes dar a precisa educação, desde 1869, e todos os escravos que atingissem a 50 anos ficavam “*ipso facto*” livres, tendo terras para trabalhar e, em Campos alguns faziam 50 arrobas de açúcar por ano.

Em 1871, a Câmara Municipal reuniu-se para discutir a proposta do Sr. Francisco Portella, para que esta fosse dirigida ao Governo Imperial, exprimindo opinião e voto para que a abolição ocorresse no início do século seguinte, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 1900. Entre os vereadores que votaram a favor dessa proposta estava o Barão da Lagoa Dourada.

A fase mais violenta da campanha abolicionista teve início depois de 1880. Lamego (1974, p.153) assim a descreve: “*A luta é violentíssima, e, em 1884 começam os incêndios de canaviais. Tão forte se torna a propaganda nessa terra explosiva, que antes do 13 de maio já grande o número de fazendeiros(..) dão liberdade imediata a seus escravos.*”

Em Campos, os embates entre abolicionistas e escravocratas foram intensos, já que envolviam interesses econômicos. O jornalista Carlos de Lacerda foi um dos que mais se destacaram nessa luta, tendo mesmo fundado um jornal, o “Vinte e Cinco de Março”, que difundia os ideais abolicionistas. Amigo de infância de José do Patrocínio, o Tigre da Abolição, também campista, Lacerda se envolveu inteiramente nessa luta. Seu jornal foi várias vezes destruído pelos seus opositores, acusado de patrocinar os incêndios de canaviais e ações de seqüestro e roubo de escravos, que eram, então libertados e enviados para o Ceará.

Esta Província, desde 25 de março de 1884 baixara uma lei dando liberdade aos seus escravos e, por essa razão, a data foi utilizada para nomear o jornal. Lacerda sofreu inclusive um atentado, em que foi morto o comerciário Luiz Antonio Fernandes da Silva que, segundo Rodrigues (1988), era seu sócio. O mandante desse atentado, desafeto de Lacerda e que continuou a persegui-lo mesmo após a abolição, fora o fazendeiro Raimundo Alves Moreira. Este, em 1889, morreu assassinado por dois negros, ex-escravos, e o jornalista foi acusado de ser o mandante do crime. Respondeu a processo, tendo sido absolvido por nove votos contra três.

Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, a elite campista, com capital advindo da produção canavieira, vivia com fausto e requinte. Os antigos sobrados passaram a ser substituídos por mansões. Muitos estabelecimentos escolares foram criados. Em 24 de junho de 1883, com a presença de D. Pedro II, foi aqui inaugurada a iluminação a eletricidade, tendo sido Campos a primeira cidade da América do Sul a receber esse tipo de iluminação, conforme relata Rodrigues (1988). Segundo sua narrativa, a iluminação foi distribuída por 39 focos de 2000 velas cada um. Entre os logradouros que receberam essa iluminação, cita ele o início da rua dos Goitacazes, o Turfe-Clube, a Avenida Pelinca, na época denominada Covas d'Areia e a Beneficência Portuguesa, na rua São Bento, atual Barão de Miracema.

Nesse período, várias ruas e praças foram construídas, outras receberam calçamento, lagoas urbanas foram aterradas, permitindo que o tecido urbano se expandisse. Rangel Jr. (1992) acrescenta que a vida cultural era intensa. Já existiam dois teatros (o Teatro Campista e o São Salvador, que era o mais importante), escolas, bancos com capital local, (Caixa Econômica, fundada em 1834, Banco de Campos, fundado em 1863 e o Banco Comercial e Hipotecário de Campos, em 1873) clubes carnavalescos, jornais, (o Monitor Campista, de 1834, é o terceiro jornal mais antigo do país, tendo sido publicado até o dia 15 de novembro de 2009) hipódromo, sociedades musicais. *“A cidade possuía, portanto, no fim do século XIX, uma vida intelecto-cultural independente e ativa, a um só tempo consciente dos valores locais e participativa no plano nacional.”* (p.13)

O Liceu fora criado pelo decreto nº 2503 de 22 de novembro de 1880, pelo então presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga (Anexo 3). No dia 16 de julho de 1883, o presidente da Província do Rio de Janeiro, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, nomeou

uma comissão com a finalidade de promover donativos para a construção ou aquisição de um prédio para o Liceu (Anexo 4).

A comissão arrecadou 14 contos de réis e, em 4 de dezembro de 1883, o palacete do Barão foi arrematado pela quantia de 25 contos de réis, tendo a referida comissão entrado com a quantia restante, que foi bancada pela Câmara Municipal. Ainda hoje, embora cedido ao Estado, o imóvel é de propriedade da Câmara Municipal, e foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 27/01/1988.

A inauguração da escola, todavia, só ocorreu quatro anos depois, em 13 de janeiro de 1884, com grandes festas. Houve um baile no Salão Nobre, a que compareceu a elite campista. Rodrigues (1988, p.118) assim o descreve:

Foram promotores da festa, que reuniu a fina-flor da fidalguia campista, barões, conselheiros e comendadores e suas esposas recheadas de jóias, o Sr. Barão de Itaoca, drs. João Belisário, José Nunes de Siqueira, Vicente Souto Mayor, Costa Guimarães, Itabaiana, João Ribeiro, José Pinheiro de Andrade, Comendador Heliodoro e Narciso Teixeira de Queiroz.

As matrículas foram abertas em 14 de fevereiro de 1884 e as aulas tiveram início no dia 4 de março do mesmo ano. Houve uma interrupção em seu funcionamento quando o novo presidente da Província, alegando falta de verbas para pagar aos professores, fechou o estabelecimento que somente foi aberto no ano seguinte.



FIGURA 12 – LICEU DE HUMANIDADES –SÉC. XXI  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Atualmente, o conjunto, prédio principal e anexos, (Figura 12) - Pavilhão João da Hora (construído em 1960) e Ivan Senra Pessanha (1990) - ocupa todo o quarteirão, formado pela Praça Barão do Rio Branco à frente, pela Rua do Barão da Lagoa Dourada à direita, Rua da Baronesa da Lagoa Dourada à esquerda e, ao fundo, Rua Salvador Corrêa.

Le Goff (2003, p.469) ensina: “*A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar **identidade**, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje*”

Assim, o passado é apreendido pelo presente, e, por isso, responde a seus interesses. Toda explicação histórica precisa reconhecer a presença do simbólico inserido também nos referenciais urbanos.

Além dos projetos arquitetônicos, outra forma de representação espacial importante expressa-se nos topônimos, na instalação de bustos, estátuas e placas comemorativas. Segundo Lynch (2006), os nomes são importantes para a cristalização da identidade. “*Significados e associações, sejam sociais, históricos, funcionais, econômicos ou individuais, constituem todo um domínio para além das qualidades físicas(...) Reforçam fortemente as sugestões de identidade ou de estrutura que podem estar latentes na própria forma física.*” (p.120)

Por isso, é interessante observar que, na denominação das ruas que circundam o prédio foram homenageadas importantes figuras relacionadas à história da cidade: o Barão e a Baronesa, construtores e proprietários do palacete que atualmente é utilizado pelo Liceu e que, sem dúvida, foram os que deram início à expansão do tecido urbano naquela direção.

Atrás do prédio do Liceu, temos a Rua Salvador Correa (de Sá e Benevides). General e uma das figuras mais importantes do século XVII, segundo relata Carvalho (1985, p.13), ocupou, por várias vezes, o cargo de Governador do Rio de Janeiro e em 1674, obteve para seus filhos, o primeiro Visconde de Asseca, Martim Correa de Sá, e para João Correa de Sá, a doação da Capitania de São Tomé, que incluía a região onde hoje está a cidade de Campos.

Em 1677, foi fundada a Vila de São Salvador dos Campos para a qual o general concorreu, fazendo a doação de meia légua quadrada de terra. Antes disso, em 1652, mandara construir uma capela de palha no lugar em que hoje se ergue a igreja de São Francisco, na Rua

13 de Maio. A capela foi dedicada a São Salvador e entregue ao monge beneditino Frei Fernando de Monserrate. Atualmente, no pátio da igreja, encontra-se um marco comemorativo da fundação da cidade (Figura 13).



FIGURA 13 – MARCO COMEMORATIVO DA FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO SALVADOR NO PÁTIO EXTERNO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO

FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Também foi homenageado Gil de Góis, filho de Pero de Góis, companheiro de Martim Afonso de Souza e o primeiro a tentar a exploração da região. Impedido de se fixar nela pela resistência dos índios goitacases, renunciou à Capitania de São Tomé em favor da Coroa portuguesa. Para isso, teria passado procuração, datada de 9 de outubro de 1618, em nome de Antonio Diniz, para representá-lo nessa renúncia. A escritura de renúncia foi datada de 22 de março de 1619.

Ressalte-se que, após a proclamação da República, em 1889, muitos nomes de ruas e logradouros da cidade foram trocados por homenagearem figuras do Império, mas isso não ocorreu nesse local, o que o torna ainda mais significativo em termos históricos, ao mesmo tempo em que remete a uma representação simbólica do poder econômico que nele ainda permanece impresso, o que faz pressupor que a mudança do regime político pouco influenciou o poder político local.

Retornando à figura 3, vemos, logo após os trilhos da linha de bondes, o início da Praça Barão do Rio Branco, que, ainda hoje, mesmo após sucessivas intervenções, mantém o estilo da *'Belle Époque'*, estilo arquitetônico e urbanístico que predominou na Europa no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. De acordo com Follis (2004, p.15), foi essa uma *"época marcada pela crença de que o progresso material possibilitaria equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade"*

As cidades buscavam renovar suas feições, a fim de se mostrarem modernas, progressistas, civilizadas. Follis (2004, p.28) esclarece: *"Contribuiu para isso o processo de transferência da residência dos fazendeiros do campo para a cidade"* Ocorreu, desse modo, uma maior pressão por melhoramentos urbanos, pela construção de jardins, passeios públicos, teatros e cafés, além da ampliação do calçamento de ruas, melhor iluminação e abastecimento de água.

Historicamente, as praças surgiram com as cidades. Nas cidades-estado gregas, a ágora era o local de convívio, mas igualmente das grandes decisões políticas. O fórum romano servia ao comércio e para reuniões. As cidades medievais tinham a sua praça de mercado, que também abrigava reuniões e cerimônias públicas. Como ressalta Sun Alex (2008, p.59), *"A partir do Renascimento, a praça inscreve-se definitivamente na estrutura urbana das principais cidades européias, tornando-se referência de lugar, estilo de vida, boa 'arquitetura' ou bom desenho urbano."* No século XVIII, toda cidade européia importante já contava com avenidas arborizadas e *boulevards*, bem como já surgiam os jardins cercados, os passeios públicos, onde as pessoas podiam passear ao ar livre.

No Brasil, esse hábito se incorporou aos costumes da população a partir de meados do século XIX. Esse uso romântico<sup>4</sup> dos espaços urbanos para contemplação da natureza e lazer transformou, de modo significativo, as funções originais dos antigos largos coloniais brasileiros, que deixaram de ser apenas espaço de articulação urbana para se transformarem numa espécie de espaço cenográfico para a elite social. Assim, no final do século XIX,

---

<sup>4</sup> O Romantismo foi um movimento artístico que surgiu na Europa, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, e que se caracterizou pela predominância do subjetivismo, individualismo exacerbado, emotividade, evasão, sonho. A natureza, supervalorizada, era vista como lugar de refúgio, de cura física e espiritual. As praças ajardinadas se tornaram, então, o lugar adequado para a recreação, para o lazer contemplativo.

parques e passeios se espalharam pelas principais cidades do Brasil. Eram sempre muito elaborados e tinham a principal função de oferecer um espaço adequado para a contemplação, para o repouso, para o ócio.

E foi o que aconteceu, em Campos com a atual Praça Barão do Rio Branco. Na época do Barão da Lagoa Dourada, ela ainda não existia, era um extenso capinzal. Essa praça foi oferecida pelo Barão à Câmara na sessão de 11 de outubro de 1860 e recebeu vários nomes. Inicialmente, Praça do Outeiro, já que se encontrava numa colina, Praça do Pinheiro, numa referência ao Barão, Porciúncula, do Liceu e, por último, Praça Barão do Rio Branco, sua denominação oficial atualmente.

Em 1914, no governo de Oliveira Botelho, passou pela reforma que lhe deu as características que até hoje conserva. As figuras 14 e 15 reproduzem a planta concebida naquela época, para os trabalhos de remodelação.



FIGURA 14 - PLANTA DE SITUAÇÃO DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO -1914

FONTE: ARQUIVO PARTICULAR DE LEONARDO VASCONCELOS



FIGURA 15 – PLANTA DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO- 1914  
 FONTE: ARQUIVO PARTICULAR DE LEONARDO VASCONCELOS

Segundo o relato de Múcio da Paixão, em artigo de capa, publicado no Monitor Campista, em 15 de março de 1914, já haviam sido iniciadas as escavações para o rebaixamento do piso, estando prevista a construção das escadarias, como se constata na figura 16.

O edifício do Lyceu de Humanidades ficará numa elevação. Três lanços de escadas darão acesso ao edifício, uma ampla e bem talhada escadaria central e duas laterais. Em frente ao edifício haverá dois jardins de regular largura ladeando a escadaria central, os quais serão limitados por duas artisticas muralhas.

O jardim da praça será abaixo do nível das ruas lateraes, e como esses niveis são variaveis, as escadas que darão acesso ao jardim também serão de diversas alturas. Em frente ao Lyceu, num gramado muito artistico, será colocado o busto de Rio Branco, de Charpentier.

Rodrigues (1988) narra que a terra dali retirada, muitos anos antes, serviu para aterrar as margens do canal Campos-Macaé, na baixada onde existira a Lagoa do Furtado, também chamada do Osório e onde hoje se situa o Parque Alberto Sampaio.



FIGURA 16 - PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO - INÍCIO DO SÉCULO XX –  
FONTE: ARQUIVO PARTICULAR DE JAIME RESSIGUIER

A praça (Figura 16), que originalmente media 126m de extensão por 73m de largura, atualmente está dividida em duas partes pela Rua Gil de Góis. Na primeira seção, em frente ao Liceu, o jardim que se vê na Figura 17 foi substituído por um estacionamento. Ao centro, manteve-se o busto do Barão do Rio Branco.(Figuras 17 e 18)

O homenageado, José Maria da Silva Paranhos, em 1888, recebeu do Imperador D. Pedro II o título de Barão. Foi figura de destaque nos meios diplomáticos brasileiros, tendo contribuído decisivamente para a consolidação de nossas fronteiras. Exerceu ainda o cargo de Ministro das Relações Exteriores, além de ter sido professor, jornalista, geógrafo e historiador.



FIGURA 17- BUSTO DO BARÃO DO RIO BRANCO  
(SÉC.XX)

FONTE: ACERVO DE LEONARDO VASCONCELOS



FIGURA 18 – BUSTO DO BARÃO DO RIO BRANCO  
(SÉC.XXI)

FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

No outro extremo da praça, de frente para a Avenida Alberto Torres e o Fórum Nilo Peçanha, há uma estátua (Figura 19) que homenageia Osvaldo Aranha. Advogado de renome, foi ele um dos articuladores da Revolução de 1930, tendo ocupado importantes cargos durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1947, como chefe da delegação brasileira na ONU, defendeu a criação do Estado de Israel. Em 1953, a convite de Vargas, voltou ao Ministério da Fazenda, onde idealizou o "Plano Aranha", que buscou agilizar o mecanismo fazendário e fiscal, adotar uma política orçamentária e codificar o direito tributário e a lei orgânica do crédito público.

Atualmente, observa-se a ausência da placa de identificação, que trazia o nome do homenageado e a data da inauguração, e que, provavelmente, foi furtada e ainda não reposta.



FIGURA 19 - ESTÁTUA DE OSVALDO ARANHA – SÉC. XXI  
FONTE: ARQUIVO PARTICULAR DE ROSILENE TAVARES

Constata-se que, na construção dessa paisagem, os elementos icônicos inseridos – busto, estátua – traduzem não só o gosto estético de seus idealizadores, mas revelam ideais e valores políticos, além do desejo de eternizá-los em um material nobre. Ocorre, assim, um trabalho de criação da memória coletiva, que atua como uma construção social, reforçando os processos de constituição das identidades individual, coletiva e nacional. É uma operação ideológica, um processo psicossocial de representação simbólica. Como ensina Le Goff (2003, p. 422) *“Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.”*

Na parte maior da praça, que se estende até a Avenida Alberto Torres, há árvores frondosas e antigas, dois coretos circulares, a estátua de Oswaldo Aranha e um chafariz. O coreto principal (Figura 20) foi tombado pelo INEPAC em 16/12/1985. Apresenta uma alta base de pedra e tem uma cobertura curiosa, em forma de chapéu. Essa estrutura é de ferro, assim como a amurada que o circunda.



FIGURA 20 - CORETO DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO  
 FONTE: INEPAC

Comparando a figura 20, que retrata o coreto atualmente, com a figura 21, que remete à época em que foi construído, há quase 100 anos, verificam-se poucas alterações. A mais visível, certamente, é a terminação da cobertura. Na figura 21, constata-se que o “chapéu” era contornado, nas abas, por delicados detalhes de ferro trabalhado e, no alto, por uma espécie de coroa, com terminação em agulha, elementos que hoje não mais existem.



FIGURA 21 – CORETO DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO NO INÍCIO DO SÉCULO XX  
 FONTE: ACERVO PARTICULAR DE LEONARDO VASCONCELOS.

Os caminhos são sinuosos, os canteiros, gramados e, por toda extensão, há bancos de pedra. Conserva, também, os postes de ferro (Figuras 20, 22 e 23), que trazem impressa sua

origem: Glasgow, (Inglaterra). Na parte que faz frente para a Avenida Alberto Torres, encontra-se um chafariz, hoje desativado (Figura 24)



FIGURAS 22 E 23- DETALHES DOS POSTES DE FERRO DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO  
 FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA



FIGURA 24 – CHAFARIZ E CORETO NA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO  
 FONTE: INEPAC

Uma característica que merece ser destacada é que, em sua maioria, no Brasil, as praças tiveram uma origem religiosa, pois surgiram a partir de adros de igrejas, capelas, conventos. Não foi, todavia, o que ocorreu com esse espaço, idealizado pelo Barão da Lagoa Dourada, talvez inspirado nos jardins que cercavam os palácios da nobreza européia, mas que, desde o início, foi concebido para ser um espaço público, já que, como foi relatado, ele o doou à Câmara, em 1860.

Sun Alex (2008), ao apresentar sua concepção de praça, afirma:

Simultaneamente uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se ao seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade. (p. 23)

Para ele, a característica da acessibilidade é fundamental para a apropriação e uso de um espaço, o que de fato ocorre nesse local. Essa praça é bastante frequentada, principalmente pelos alunos do Liceu e é uma das poucas da cidade que não foram cercadas por grades. Outro aspecto destacado por esse autor é o que diz respeito à manutenção desses locais públicos. De um modo geral, os projetos de urbanização e remodelação não levam em conta esse aspecto, visto que normalmente quem projeta não é o responsável pela manutenção, o que talvez explique, em parte, o descaso por sua conservação.

Não é o que ocorre com a Praça Barão do Rio Branco. É esse um espaço relativamente bem conservado e bastante utilizado. Por sua acessibilidade, faz jus ao espírito democrático e de liberdade que sempre caracterizou o Liceu, tanto que a população a ela se refere não por seu nome oficial, mas como ‘pracinha do Liceu’.

#### **4. A VILA MARIA: HERANÇA DO PERÍODO ÁUREO DA CANA – DE - AÇÚCAR**

Nas primeiras décadas do século XX, a base da economia campista era a cana-de-açúcar. Lamego (1974), ao analisar os efeitos provocados pela abolição na economia local, afirma: “*E Campos, morrendo no gemido dos engenhos, renasce nos apitos das usinas. Renasce, porém para uma vida inteiramente nova, tangida por dois fatores, que desta vez sacodem o Brasil inteiro: a República, de mãos dadas com o Capitalismo.*” (p. 154)

Na virada do século, o município era o quinto mais populoso do Brasil. O abalo sofrido pela abolição da escravatura já fora superado. Relata Rangel Jr. (1992, p.14):

Mais culta e com ares de maior refinamento, a família de ‘nobreza provisória’ do mundo rural campista ‘fin-de-siècle’ seria destronada pelo capital do usineiro, esse ‘nouveau riche’ concentrador de bens, mas ainda submisso à compulsão de manter aceso o ‘status’ cultural que nele se sustentou enquanto jorrava açúcar das bocas metálicas de suas usinas e dinheiro do seu elegante bolso.

A Europa sofria os efeitos da I Grande Guerra (1914-1918), No Brasil, vivia-se o período histórico conhecido com o da “República Velha”, que se caracterizou pela combinação da modernidade política da República com o arcaísmo do poder local dos chamados ‘coronéis’, chefes políticos cujo poder abrangia extensas áreas sob sua tutela.

Cafeicultores, latifundiários e uma nascente burguesia industrial formavam a classe dominante. O Exército exercia um papel preponderante nas lutas pelo poder. São Paulo tornava-se o maior parque industrial, com a participação efetiva de imigrantes europeus. O Rio de Janeiro, então capital do país, firmava-se como um centro cultural e político. Nos

outros Estados, desenvolvia-e uma economia ainda baseada na agricultura, enquanto os grandes centros se modernizavam.

Também Campos crescia e se transformava, passando por grandes mudanças em sua área urbana: construção de novas residências, abertura e alargamento de ruas e construção de logradouros públicos.

Uma das mais sofisticadas construções da época surge no terreno situado do lado esquerdo da Praça Barão do Rio Branco, no local onde existira uma chácara pertencente ao Barão de Miracema, médico de D. Pedro II e, posteriormente, senador da República.

Fazendo frente para a Rua da Baronesa da Lagoa Dourada e ocupando a extensão que vai da Rua Gil de Góis à Avenida Alberto Torres, ergue-se, no centro do terreno, outro imponente edifício, a Vila Maria.(Figura 25) Foi construído em 1918, para ser a residência do Sr. Atilano Crisóstomo de Oliveira e sua esposa, D. Maria Queiroz de Oliveira, mais conhecida como D. Finazinha.( Figuras 26 e 27)

O prédio tem cerca de 884m<sup>2</sup> de área construída, e o jardim, 5.714 m<sup>2</sup>. Todo gramado, o jardim ainda conserva, na parte da frente, dois pequenos coretos, um de cada lado. Há, também, do lado esquerdo, na parte posterior, uma estufa, e, ao fundo, um pequeno prédio que teria sido construído no período em que a Prefeitura funcionou naquele local.

Embora esteja sendo utilizado e as visitas sejam permitidas, o prédio está necessitando de obras. Nas varandas laterais foram colocadas estacas, já que, em uma delas, a do lado direito, uma das colunas desabou.



FIGURA 25 - VILA MARIA – VISTA NOTURNA –  
FONTE: ACERVO DE AVELINO

O proprietário, engenheiro, estudou no exterior e, ao voltar a Campos, montou uma oficina de fabricação de moendas de cana. Posteriormente, dedicou-se à indústria do açúcar e foi dono de duas usinas, a São Pedro e a de Mineiros. Casou-se em 1907. Sua esposa, D. Maria, por seu espírito humanitário e atos de benemerência e filantropia ficou conhecida na cidade como a ‘rainha da bondade’.



*Usineiro Atilano Chrisóstomo*

FIGURA 26- ATILANO CHRISÓSTOMO  
FONTE: UENF



FIGURA 27- D. FINAZINHA  
FONTE: UENF

Na divisão administrativa dos bairros da cidade, é ela quem dá nome a essa região, denominada oficialmente Jardim Maria Queiroz.

O arquiteto contratado para executar a obra foi o Dr. José Benevento, que a concebeu em estilo eclético, inspirando-se nas vilas italianas. A arquitetura eclética associa, num mesmo edifício, referências estilísticas de diferentes épocas. No Brasil, esse estilo foi introduzido nas primeiras décadas do século XX, coincidindo com a chegada de trabalhadores europeus mais qualificados, principalmente italianos, que aqui introduziram novas técnicas de acabamento. Desapareceram os beirais e platibandas, característicos das construções coloniais e surgiram florões, (Figuras 28 e 29), cabeças de deuses gregos e romanos, leões, águias, dragões, cariátides, enfim, uma profusão de elementos decorativos, misturando estilos os mais diversos. O ecletismo arquitetônico e urbanístico era o agente conceitual da época.



FIGURAS 28 E 29 - DETALHES DO FLORÃO  
 FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

A figura 30, do acervo da UENF, retrata o palacete na época em que foi construído e, como se pode constatar, não houve alterações na parte externa do edifício.



FIGURA 30 – VILA MARIA - INÍCIO DO SÉCULO XX  
 FONTE: UENF

Erigido em centro de terreno, em posição mais elevada que o nível da rua, o acesso à entrada principal é feito por uma escada revestida de pastilhas (Figura 31). No degrau que dá acesso à varanda e porta principal, a inscrição, também em pastilhas, com o nome de sua proprietária (Figura 32), revela o requinte do acabamento. As pastilhas se fazem presentes também no revestimento do piso das varandas laterais e no piso externo dos andares superiores, sempre formando desenhos diferentes em cada espaço.



FIGURA 31- ENTRADA PRINCIPAL  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA



FIGURA 32- INSCRIÇÃO NA ENTRADA  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Chega-se ao segundo pavimento por uma belíssima escada de madeira, que se bifurca e em cuja construção não foram usados pregos, sendo suas partes totalmente encaixadas, como se pode ver na figura 33. Consta que as estrelinhas impressas no meio dos degraus corresponderiam às inúmeras fazendas e propriedades do casal. No segundo pavimento, uma escada de ferro, em caracol, (Figura 34) leva ao terceiro andar e lá, outra escada, também de ferro trabalhado, dá acesso ao mirante, de onde se tem uma vista panorâmica da cidade.



FIGURA 33- ESCADA PRINCIPAL  
FONTE: INEPAC



FIGURA 34 – ESCADA EM CARACOL  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Na construção do edifício foram utilizados materiais de fino acabamento, a maioria importados da Europa. As figuras 35 e 36 apresentam os sofisticados detalhes dos azulejos da cozinha do palacete.



FIGURAS 35 E 36- DETALHES DOS AZULEJOS DA COZINHA  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Sem herdeiros, pois sua única filha já falecera, D. Finazinha, em testamento, destinou o prédio para ser a sede da futura universidade de Campos.

Entre 1978 e 1989, o edifício serviu de sede para o Governo Municipal, que promoveu sua restauração. No início dos anos 90, com a criação Universidade do Norte Fluminense, as disposições do testamento foram atendidas e nele foi instalada a sede da reitoria da UENF. Tornou-se a Casa de Cultura Vila Maria, que oferece cursos, sala de vídeos, exposições e conferências abertos à população.

## 5. O FÓRUM E SEU ENTORNO: REPRESENTAÇÕES DO PODER SIMBÓLICO

No lado norte da praça, em frente à Avenida Alberto Torres, ergue-se o não menos imponente edifício do Fórum Nilo Peçanha (Figura 37) que, após a inauguração do novo prédio da Justiça, na Avenida 15 de novembro, em 2007, passou a abrigar a Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.



FIGURA 37- PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO E FÓRUM NILO PEÇANHA  
FONTE: ARQUIVO PARTICULAR DE JAIME RESSIGUIER

Inaugurado em 1935 (Figura 37), foi construído como parte das comemorações pelo centenário da elevação de Campos à categoria de cidade. Os arquitetos responsáveis pela obra foram Pietro Campofiorito e José Benevento, o mesmo que já planejara a Vila Maria (1918) e a Catedral Diocesana (1935).

Até então, o setor judiciário em Campos era descentralizado, criando sérias dificuldades para o público, que tinha de se deslocar para diferentes prédios, quando precisava dos serviços da Justiça. Como informa Carvalho (1991), a idéia de agrupar tribunais e cartórios num só local foi assunto bastante discutido e, finalmente aprovado. Pela Deliberação n.º 202, de 17 de julho de 1919, o terreno foi doado ao governo fluminense e o então presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Raul Veiga, autorizou a construção do edifício, cujas obras, todavia, sofreram uma interrupção de cerca de treze anos. Ao lançamento da pedra fundamental, estiveram presentes várias autoridades, entre as quais o próprio Dr. Raul Veiga, como pode ser constatado em foto publicada na revista *Gênesis*, de 05 de setembro de 1920. (Anexo 5)

Há, no interior do prédio, uma placa comemorativa que informa o nome do engenheiro responsável pela obra- Dr. Gastão Braga, e a firma construtora- A. Nastasi & Companhia. O curioso é que a data ali impressa- 31/12/1934 – não corresponde à da inauguração, que só ocorreu em 28 de março de 1935, como parte da programação oficial do centenário da cidade.

O Monitor Campista, principal órgão da imprensa campista na época, publicou, durante o ano de 1934, diversos artigos sobre o andamento das obras, destacando que a maior parte dos operários nela envolvidos era de Campos. Houve referências também ao mobiliário, que foi projetado e produzido em madeira de imbuia, na Escola do Trabalho do Estado, com sede em Niterói.

Nas primeiras décadas do século XX, o mundo ocidental viveu um período de conflitos e rupturas. A I Grande Guerra (1914-1918) pusera fim ao otimismo da *belle époque*. Terminada a guerra, um clima de incertezas permeou os anos 20 e 30, pois os países estavam, então, envolvidos em crises econômicas e sociais. A Revolução Russa, em 1917, conduziu a classe trabalhadora ao poder e propagava sua ideologia. O comunismo passou a ser visto pelos governantes da maioria dos países como uma grande ameaça à democracia e à paz mundial.

Na Alemanha, surgiu o nazismo, difundindo o conceito de supremacia da raça branca e o da perseguição aos judeus. Essas idéias encontraram acolhimento por toda Europa e se espalharam rapidamente. O fato é que os problemas que haviam deflagrado a I Grande Guerra não tinham sido resolvidos, mas apenas adiados até a eclosão da II Grande Guerra, em 1939.

No Brasil, as mudanças socioeconômicas provocaram uma maior participação política da classe média urbana, que ansiava por medidas mais efetivas do governo. As primeiras décadas do século XX foram um período turbulento, com greves operárias na indústria paulista, insufladas por líderes anarquistas e comunistas. Além disso, ocorreu uma série de rebeliões militares, lideradas pelo movimento tenentista.

Eleito presidente pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, Getúlio Vargas lideraria, três anos depois, com apoio do Exército, o golpe que criaria o Estado Novo, implantado em estilo autoritário e sem grandes mobilizações populares.

Na verdade, desde o término da I Grande Guerra, ideias e movimentos totalitários e autoritários se espalhavam pela Europa. Mussolini, em 1922, implantou um regime ditatorial na Itália, seguido por Stalin, que fez o mesmo na Rússia. Em 1933 o partido nazista alcançou o poder na Alemanha. O empobrecimento, o desemprego e a desesperança criaram um ambiente propício à difusão dessas ideias. Como explica Fausto (1995, p.353), “*Os ideólogos autoritários ou totalitários consideravam a democracia liberal, com seus partidos e suas lutas políticas aparentemente inúteis, um regime incapaz de encontrar soluções para a crise.*”

No Brasil, em 1932, Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram, em São Paulo, a Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista. Identificava como inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional, que alegavam estar em mãos dos judeus.

Um ano depois, em 1933, o integralismo chegava a Campos. Seu fundador, Plínio Salgado, acompanhado por Gustavo Barroso, presidente da Academia Brasileira de Letras, Raimundo Padilha, Thiers Martins Moreira, escritor campista, entre outros, fizeram uma palestra para os alunos do Liceu de Humanidades. Rodrigues (1988, p.231) dá seu depoimento: “*Reação natural, o apoio instantâneo dado ao Integralismo. Desiludidos da Revolução de 30, derrotados em 32, os liceístas, que constituíam a elite (não econômica, mas espiritual de Campos), encontraram na palavra nacionalista de Plínio Salgado o seu caminho.*”

De fato, o movimento encontrou aqui muitos adeptos, principalmente entre a elite, tanto econômica quanto intelectual. Embates entre comunistas e integralistas ocorreram em

todo o país e em Campos não foi diferente, pois a intolerância, de parte a parte, deu origem a graves incidentes, inclusive com derramamento de sangue.

Observa-se que o contexto político influencia não apenas aspectos econômicos, mas interfere, também, na construção do espaço urbano, que passa, muitas vezes, a ser a expressão de ideologias políticas. É uma relação que se apresenta em várias dimensões, desde o ordenamento do território até a construção de sua monumentalidade. O tempo imprime suas marcas no espaço, que se torna portador de significações.

Assim, a preferência pelo estilo arquitetônico clássico se harmonizava com os valores estéticos vigentes na época. Inspirados em modelos europeus, buscava-se, então, alterar o traçado das ruas, tornando-as mais retilíneas, ampliavam-se avenidas, promoviam-se o embelezamento e a racionalização da cidade, nos moldes traçados por Haussmann para a Paris do final do século XIX. Edifícios portentosos eram erigidos nas principais capitais européias para assinalarem a grandeza e o poder personalista de seus governantes. O caráter político se fez nitidamente presente nessas construções. Nas plantas dos edifícios, observa-se a revalorização das formas retangulares, centralizadas, bem como o uso de colunas frontais e laterais. Essas formas atendem a funções e espacialidades racionalmente calculadas. Valoriza-se o material em si: mármore branco, pedra calcária, granitos, sem contrastes cromáticos.

O Rio de Janeiro já vivenciara essa transformação, planejada e executada nas primeiras décadas do século XX pelo prefeito Pereira Passos. As cidades do interior tinham a capital por modelo e Campos, na época, a mais importante cidade do interior fluminense e vivendo ainda o período áureo da cana-de-açúcar, incorporou esses ideais estéticos, representados no ajardinamento das praças públicas e na construção de suntuosos prédios públicos.



FIGURA 38 – FÓRUM - SÉCULO XXI

FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

O edifício do Fórum (Figura 38) seguiu, assim, o padrão arquitetônico vigente na época para edifícios públicos. Construído em centro de terreno, o prédio, em estilo greco-romano, foi inspirado no Partenon de Atenas e, como o templo grego, construído em nível mais elevado que o da rua, o que o torna ainda mais imponente. No frontispício, encontra-se o brasão da República ladeado por uma alegoria à Lei e à Justiça, tendo em cima a figura de uma águia. (Figuras 39 e 40)



FIGURA 39 – BRASÃO E ALEGORIAS  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA



FIGURA 40- DETALHE DA ÁGUIA  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA



FIGURA 41- DETALHE DO CAPITEL  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

As colunas, lisas, são encimadas por um elaborado capitel em estilo romano-coríntio, como se pode observar na figura 41. Há oito colunas na parte da frente e dezesseis nas laterais. Também as pesadas portas de entrada merecem destaque pelo acabamento apurado que apresentam. (Figura 42)



FIGURA 42- DETALHE DA PORTA  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Uma ampla escadaria externa dá acesso ao *hall* de entrada, com piso de mármore em mosaico, de onde outra escada, também de mármore, leva ao andar superior (Figura 43). No segundo piso, várias salas e um amplo salão, onde ocorreram, durante muitos anos, as sessões do tribunal do júri. Após a inauguração do novo prédio da Justiça na Avenida XV de Novembro, em 2007, o edifício passou a abrigar a Câmara Municipal



FIGURA 43- HALL DE ENTRADA  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

O nome, Nilo Peçanha, foi uma homenagem ao único presidente campista, falecido em 1924. Nilo Peçanha substituiu Afonso Pena, que havia falecido, no período de 14/06/1909 a 15/11/1910, quando, entre outras medidas, assinou decreto criando o ensino técnico no Brasil. Na época, Campos foi a única cidade que não sendo capital recebeu uma dessas unidades de ensino – a Escola de Aprendizes e Artífices. Hoje, a antiga Escola se chama IFF, isto é, Instituto Federal Fluminense, antigo CEFET de Campos dos Goytacazes.

É importante ressaltar que os elementos arquitetônicos destacados, representativos do poder simbólico econômico e político da elite social campista, formam um conjunto harmônico com as demais construções daquele recorte espacial. No entorno da Praça Barão do Rio Branco, identificamos vários edifícios cuja arquitetura remete ao início do século XX, período em que a expansão urbanística da cidade ali se fez presente, como se pode observar nas figuras 44 e 45.



FIGURA 44- CASA DOS RODRIGUES (ATUAL PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1ºR./RJ)  
FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA



FIGURA 45 – CASA NO ENTORNO DA PRAÇA (ATUAL SEDE DA EMUT)  
 FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

Merecem destaque, igualmente, as belas mansões construídas no prolongamento da Rua Gil de Góis e da Avenida Alberto Torres, todas em centro de terreno e em nível mais elevado que a rua. O requinte das formas arquitetônicas desses edifícios evidencia, mais uma vez, que a expansão urbana naquela área foi promovida pela classe social mais abastada (Figura 46). Em que pese a pressão exercida por empreiteiras e incorporadoras, esse conjunto arquitetônico mantém suas formas originais, ainda que, bem próximo, edifícios de apartamentos já estejam surgindo, como se pode observar nas figuras 46 e 47, ao fundo.



FIGURA 46 – MANSÃO AO LADO DO FÓRUM  
 FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA



FIGURA 47 - CRUZAMENTO DA GIL DE GÓIS E  
 BARONESA  
 FONTE: ACERVO DE ELIS MIRANDA

A paisagem urbana, portanto, não se restringe apenas à imagem produzida pela composição de seus elementos físicos, mas também é uma construção daqueles que a habitam. São pessoas que, apropriando-se desse espaço, o modificam, estabelecem relações as mais diversas, atribuem-lhe sentidos e valores, criam laços, sejam eles de amor ou ódio, interesse ou indiferença, mas que são, acima de tudo, de pertencimento, de identidade.

É o que se observa no recorte espacial feito neste texto. Os elementos arquitetônicos destacados, ícones da ocupação extensiva da cidade, remetem ao passado, contam a história de membros de uma elite econômica que ali imprimiram as marcas de suas aspirações, desejos, valores, gosto estético. São representativos do poder simbólico econômico e político da elite social campista em uma época.

A função para que foram edificadas, com a passagem dos anos, se alterou. Hoje, elas se integram ao presente, exercendo outras funções e sendo adaptadas para exercê-las, sem, contudo, perderem suas características formais de origem.

As pessoas que por ali circulam, utilizando esses espaços, estabelecem novos laços de afetividade, de orgulho, de pertencimento. Como explica ARGAN (2005, p. 226):

Porque os antigos construíram esses edifícios para as suas exigências, não para as nossas – e sem dúvida construíram-nos sólidos e imponentes para que permanecessem no futuro, mas com a idéia de que permanecessem eternamente válidos os valores que esses edifícios deveriam representar. (...) Se conservamos esses monumentos, o fazemos porque essa é uma exigência de nossa cultura, tanto assim que atribuímos a eles um significado completamente diferente daquele para o qual foram construídos.

Transitar nesses espaços, vivenciá-los, recriá-los, atribuir-lhes novas funções e significados é que estabelece o elo entre espaço e memória. A identidade que se mantém com esses lugares é articulada pela relação de proximidade e se constrói nas experiências de cada dia e no conhecimento que se adquire a respeito deles. Essa relação torna-se uma referência de identidade e adquire um valor simbólico, que é individual e coletivo, ao mesmo tempo.

Observa-se isso muito claramente com os alunos que frequentam o Liceu de Humanidades de Campos. É ela uma escola estadual que sofre com as mesmas carências materiais que as demais escolas públicas do estado, mas seus alunos consideram-se diferentes dos demais. Há toda uma mística em frequentar aqueles bancos escolares e um enorme orgulho em se

identificar como liceísta. Por ali passaram centenas de renomados profissionais liberais e políticos da região e essa tradição é assimilada pelos novos alunos que ingressam na instituição. Criam fortes laços afetivos e a ela voltam, depois de formados, falando com saudade dos ‘bons tempos’ que ali viveram.

O que ocorre é poeticamente explicado por Bachelard (2008, p. 25) :

Os verdadeiros bem-estares têm um passado. Todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova (...) Nessa região longínqua, memória e imaginação não se deixam dissociar. Ambas trabalham para seu aprofundamento mútuo. Ambas constituem, na ordem dos valores uma união da lembrança com a imagem. Assim, a casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. (...) Nunca somos verdadeiros historiadores, somos sempre um pouco poetas e nossa emoção talvez não expresse mais que a poesia perdida.

Assim, passado e presente se entrelaçam. A paisagem atual remete ao passado e se insere no presente, estabelece novos laços, novos significados, torna-se parte da memória de uma comunidade que, mesmo lhe atribuindo novas funções e sentidos, tem reconhecido sua importância e a preservado.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde constatar, a paisagem, por ser algo com que se interage diariamente, tem um papel fundamental na formação do ser humano. É a relação paisagem – espaço que confere materialidade e identidade aos lugares. E o espaço urbano se torna, assim, uma espécie de retrato, de espelho da sociedade que nele vive. Por isso mesmo não é estático, mas se atualiza constantemente com a construção de novos espaços ou em função de novos usos que lhes são atribuídos.

Essas modificações que alteram a organização espacial e estrutural urbana têm origem tanto na conjuntura socioeconômica quanto nas demandas percebidas ou idealizadas por aqueles que detêm o poder econômico ou político. São sempre apresentadas como sendo as mais adequadas e necessárias, mas levam, quase sempre, à perda de referenciais que permitem às pessoas identificarem-se com sua cidade. Há a perda dos vestígios e marcas daquilo que constitui sua permanência, o seu tempo, sua própria história e identidade.

De um modo geral, as características morfológicas das cidades remetem às etapas de construção do espaço urbano, como ficou caracterizado no recorte feito neste texto. São elas que conferem especificidade e particularizam determinados períodos. Landim (2003, p. 42), citando Kohlsdorf, afirma que *“é como se a paisagem falasse, nos contando histórias, despertando afetividade e evocando nossas lembranças, pois a memória dos entes queridos contém os espaços em que viveram.”*

Halbwachs (1990), ao expor suas idéias acerca da memória coletiva, afirma que as pessoas recordam seu passado utilizando-se de mecanismos impostos pelo grupo social a que pertencem. São mecanismos que, de certo modo, reforçam a importância das lembranças,

possibilitam que elas sejam compartilhadas e dificultam o esquecimento, já que se tornam coletivas. Além disso, ao mesmo tempo em que reforçam a memória, permitem a diferenciação do grupo em relação aos demais, resgatando o sentido de identidade. Evidencia-se assim o caráter seletivo da memória, tanto individual quanto coletiva, que se traduz na permanência de certos elementos, os quais passam a constituir o que se denomina patrimônio histórico. Cada grupo social, num determinado momento, escolhe o que considera como patrimônio e lhe confere um valor simbólico. Argan ( 2005) ratifica essa ideia, ao afirmar:

‘A cidade’, dizia Marsílio Ficino, ‘não é feita de pedras, mas de homens.’ São os homens que atribuem um valor às pedras e todos os homens, não apenas os arqueólogos ou os literatos. Devemos, portanto, levar em conta não o valor em si, mas a atribuição de valor, não importa quem a faça e a que título seja feita. De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído na comunidade e se, em alguns casos, esse é atribuído apenas por uma elite de estudiosos, é claro que estes agem no interesse de toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos. (p.228)

Considera-se, portanto, como patrimônio, esse legado, essa herança cultural que se transmite para as gerações futuras e que remete ao passado histórico da coletividade. É esse um conceito atual. A legislação federal brasileira só veio a regulamentar o patrimônio histórico, arquitetônico e arqueológico a partir de 1937, quando Getúlio Vargas promulgou o Decreto-Lei 25/1937, que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esse decreto baseou-se nas conclusões da Carta de Atenas, de 1931, cujo enfoque era dado exatamente à conservação e proteção do patrimônio arquitetônico e a seu entorno.

Ao longo do século XX, porém, o sentido de preservação cultural se ampliou, com o reconhecimento da pluralidade do espaço urbano. Assim, em 1977, o decreto legislativo 80.978/77 ratificou as conclusões da Carta de Paris, de 1972, o que viabilizou a ajuda de organismos internacionais para a recuperação e restauro do patrimônio tombado.

Em 1988 foi promulgada a atual Constituição Federal Brasileira, que, em seu artigo 216, define: “*Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira*”. Desse modo, a preservação não se restringe mais apenas a bens de caráter monumental, de valor artístico ou

arquitetônico, mas os integra ao meio ambiente, reconhecendo, inclusive, os bens arqueológicos como patrimônio.

Na esfera municipal, em 1991 foi implantado o primeiro Plano Diretor (Lei 5251/91), cujos artigos 103 e 104 traziam listados 49 logradouros sob proteção, na área central da cidade. Também previu a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico do Município (COPPAM), cujos primeiros membros foram nomeados pela Portaria 626/2002.

O atual Plano Diretor foi promulgado em 31 de março de 2008 (Lei 7.974/2008) e se encontra em harmonia com os conceitos expressos no Estatuto da Cidade. Assim é que, em seus fundamentos, afirma a prevalência do interesse coletivo sobre o individual, prevê a proteção ao meio ambiente, de acordo com as diretrizes atuais de política ambiental e da função socioambiental da propriedade, reafirma o compromisso com a inclusão social, com especial destaque para a questão da acessibilidade urbana, o desenvolvimento sustentável, a universalização das políticas urbanas e a função social da propriedade, além de prever uma gestão integrada e compartilhada, que deve se orientar pelas atividades de planejamento urbano.

Propõe, também, uma série de medidas, entre as quais se destaca a intenção de complementar o inventário histórico e arquitetônico de bens de interesse cultural, de realizar o inventário de bens culturais imateriais da região, tais como comidas típicas, linguajar, literatura, artesanato e folclore, bem como implementar programas de aquisição e recuperação de imóveis localizados no Centro Histórico e adjacências.

Instituiu, também, no seu artigo 214, do Capítulo II, Título 5, quatro áreas de especial interesse: as de especial interesse social (AEIS), de especial interesse ambiental e paisagístico (AEIAP), de especial interesse cultural (AEIC) e de especial interesse para requalificação urbana, como se pode verificar na figura 48, apresentada a seguir.

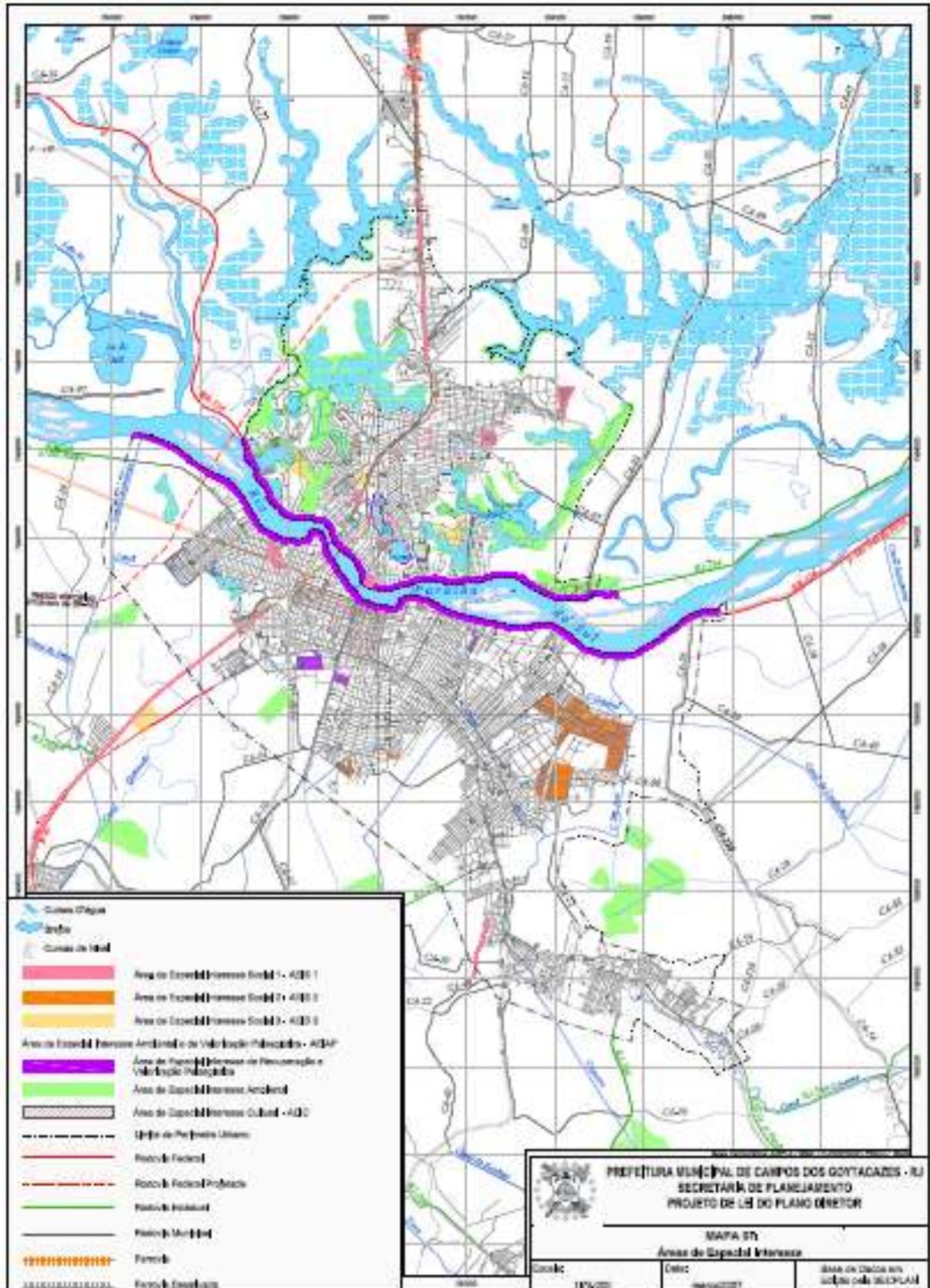


FIGURA 48: ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE  
 FONTE: PLANO DIRETOR DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – 2007

O objeto de nosso estudo, o quadrilátero histórico, situa-se, como não poderia deixar de ser, na área de especial interesse cultural (setor hachurado, na figura 48) e, desde 1988, se tornou bem tutelado, o que revela o reconhecimento de sua importância para a história da cidade.

Por outro lado, nesse sentido mais amplo, entende-se que o patrimônio torna-se capital cultural, ou seja, é um processo social que acumula, renova e até produz rendimentos. Não fica limitado apenas ao aspecto estético ou histórico, mas alcança o econômico, na medida em que a preservação dessa riqueza histórica e cultural pode vir a se tornar uma importante fonte de emprego e renda no município.

O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), numa parceria com o SEBRAE-RJ, a UNESCO e a Secretaria de Estado de Cultura, realizou um importante trabalho de identificação e catalogação de marcos arquitetônicos e urbanísticos, buscando resgatar parte da história social, econômica e cultural do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto, denominado Caminhos Singulares, identificou os roteiros que permitiram o desenvolvimento das principais atividades econômicas, os espaços geográficos onde elas se desenvolveram e onde se estruturou e se consolidou a ocupação do território fluminense. Assim, esse inventário dos bens imóveis históricos, nos caminhos do ouro, café, açúcar e sal, apresenta uma ampla cobertura fotográfica, dados históricos e descrição de cada bem.

Na relação referente aos caminhos do açúcar, há um total de 122 imóveis cadastrados dos quais 63 se acham localizados no Município de Campos, o que não surpreende, considerando-se o papel relevante que o município desempenhou nesse setor. Entre os bens elencados, estão o Solar do Liceu, a Vila Maria, o Fórum e o coreto principal da Praça Barão do Rio Branco, que são objeto de nosso estudo. Os demais se localizam nos municípios vizinhos de Carapebus, Cardoso Moreira, Quissamã, Macaé e São João da Barra.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS) tem por atribuição formular e executar a política estadual de desenvolvimento, nas áreas de energia, logística, indústria, comércio e serviços. Atua, através de suas superintendências, incentivando e apoiando atividades da iniciativa privada ligada às áreas já

citadas. A Superintendência de Projetos Especiais desenvolve duas linhas de ação: a de fortalecimento do desenvolvimento econômico, por meio de planejamento estratégico regional e a de incentivo à melhoria da competitividade do produto fluminense. É ela a responsável pelas ações que viabilizem a implantação da APL (Arranjos Produtivos Locais) de Entretenimento e Turismo da Região Norte Fluminense, bem como a de elaboração de perfil para as áreas de influência dos Portos do Açú e Barra do Furado, além de outras, como a da elaboração e acompanhamento do Plano Diretor da Mesorregião do Arco Metropolitano e de edição e divulgação do perfil dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (Conleste).

Vinculada a SEDEIS, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – INVESTE-RIO, atuam no sentido de atrair investimentos e promovendo sua concessão para que possam fortalecer a atividade produtiva, gerando emprego e renda.<sup>5</sup>

Representantes da SEDEIS realizaram, no dia 20 de maio de 2009, uma reunião com secretários deste Município, com o objetivo de implementar o projeto Encontros com o Desenvolvimento. Esse é um projeto que visa promover ações que contribuam para o desenvolvimento econômico dos municípios fluminenses, tendo como foco o turismo e a cultura local e regional e já vem sendo implementado em outros municípios fluminenses, como Mury, Lumiar, São Pedro e Conservatória. Na ocasião, foi sugerido que se utilizassem as informações contidas no projeto Caminhos Singulares – Açúcar, realizado pelo INEPAC, SEBRAE-RJ E SEC e disponível para consulta, inclusive pela internet, para que se observem as possibilidades de, em parceria com outros municípios, criar roteiros turísticos que privilegiem a visita a esses locais. Isso possibilitaria não só a criação de circuitos turísticos mais ricos e atrativos do ponto de vista cultural, bem como o surgimento de novos postos de trabalho, diretos e indiretos, voltados para a área do turismo, além de incrementar o comércio local. Ainda que o turismo não seja a vocação primeira do município, é este um filão que não pode ser desprezado, principalmente numa época em que, devido às flutuações da economia

---

<sup>5</sup> Todas as ações desenvolvidas por essa Agência, bem como pelas demais Superintendências e os valores dos financiamentos, podem ser consultados no site da SEDEIS: <http://www.desenvolvimento.rj.gov.br>.

mundial, o setor industrial vem-se retraindo e os recursos provenientes dos *royalties* estão diminuindo.

Necessária se faz, portanto, uma maior conscientização por parte dos governos municipais, para que, dispondo de quadros técnicos devidamente qualificados e de infraestrutura adequada, possam implementar, com sucesso, esses projetos.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. In: **Território 4**. Ano III, nº4 (jan./jun.1988). Rio de Janeiro: Garamond, 1988.
- ALEX, Sun. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço brasileiro**. São Paulo: Ed. SENAC, 2008.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Projeto e Destino**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BACHELARD, Gastón. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, São Paulo: Saraiva, 2002.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa na Historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1995.
- CARNEIRO, Marília Bulhões dos Santos. **Atos e Fatos da Antiga Campos**. Santa Catarina: A Gaivota Dados Editora Ltda, 1985.
- CARVALHO, Waldir P. **Gente que é nome de rua**. Campos, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Campos depois do centenário**. Vol1. Campos, 1991.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia Conceitos e Temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.
- COSGROVE, Denis. Place, Landscape and the Dialectics of Cultural Geography. In: MELO, Vera Mayrink. **Paisagens, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- COSTA, Otávio. Paisagem e Memória. In: **Espaço e Cultura**, Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: UERJ. 2008.

- CUNHA, Ewerton Paes da. O Palácio dos Barões. In: **Poesia e Prosa para uma Homenagem**. Campos: Instituto Profissional São José, 1980.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DUNCAN, James. **The City as a Text**. USA: Cambridge University Press, 1990.
- DURKHEIM, Émile. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1995.
- FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes**. São João da Barra: Gráfica Luartson, 2004.
- FOLLIS, Fransergio. **Modernização Urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: UNESP, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- INEPAC/SEBRAE. **Caminhos Singulares – Açúcar - Fichas de Inventário**. Vol.1. In: <http://www.inepac.rj.gov.br> Acesso em 18/04/2009.
- JUNQUEIRA, Lília. **A Noção de Representação Social na Sociologia Contemporânea** In: [http://www.fclar.unesp/soc/revista/artigo\\_pdf\\_res/1819/08junqueira.pdf](http://www.fclar.unesp/soc/revista/artigo_pdf_res/1819/08junqueira.pdf). Acesso em 18/10/2008.
- LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana**. São Paulo: UNESP, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ªed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo. Martins Fontes, 1997.
- MAUAD, Ana Maria. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PAIXÃO, Múcio da. **Palestra**. Monitor Campista. Campos, 15 de março de 1914, capa, p.1.
- RANGEL JR. Vicente. **Recortes da Memória Musical de Campos: 1839-1965**. Itaperuna: Damadá Artes Gráficas, 1992.
- SOFFIATI, Aristides. **Lagoas Urbanas de Campos**. Folha da Manhã, Campos, 26 abril 2009. Folha 2, p.2.
- SOUSA, Horácio. **Cyclo Áureo**. 2ª. ed; Campos: Damadá, 1985.

## **ANEXO 1: CARTA DE LEI ELEVANDO A VILA DE SÃO SALVADOR À CATEGORIA DE CIDADE**

Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente da Província do Rio de Janeiro -

Faço saber a todos seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou e Eu Sancionei a Ley seguinte:

“Art. 1º - A Vila Real da Praia Grande, Capital da Província do Rio de Janeiro é elevada a Cathegoria de Cidade, com a denominação de Nictheroy.

Art.2º - Ficão igualmente elevada a mesma Cathegoria a Villa de São Salvador de Campos , com a denominação de CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES e a Villa de Ilha Grande com o nome de Angra dos Reis

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida Ley pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteira como nella se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir publicar e correr.

Dado no Palácio do Governo da Província do Rio de Janeiro aos vinte e oito dias do mês de março de 1835, décimo quarto da Independência e do Império.

Joaquim José Rodrigues Torres

*Apud* SOUSA, Horácio, *Cyclo Áureo*. Itaperuna, Rio de Janeiro: 1985, p.14-15.

## ANEXO 2: CARTA DE DESPEDIDA DO BARÃO DA LAGOA DOURADA

Ilmo. Sr. Alferes Antonio Lopes Rangel.

Meu presado amigo e compadre. Não me é possível continuar ao flagello em que vivo, por isso me decido a acabar com a vida, lançando-me da ponte do rio, idéia que há muito me martyrisa a imaginação. Pretendo amanhã ao romper do dia executá-la, não tendo feito hoje como queria e mesmo escrevi, porque não concluí o que tinha de fazer a tempo. Por minha credulidade e compadecimento para com outros, há pouco mais de um ano me onerei de compromissos, além dos que já tinha, que reconheço não ser possível cumpril-os pontualmente; sem esperança de melhoramento, pela rebeldia com que os escravos se negam ao serviço, e por isso a necessidade que há de liquidar a minha casa e desfazer-me quanto antes de semelhante flagello de escravos para o que será melhor não existindo eu; pois que os rendimentos das fazendas pouco excedem às despesas de seu custeio, pouco restando para amortização de prêmios e capital; por tudo isso estou firme em assim acabar, embora por este modo reprovado, mas que melhor effeito produzirá! Deixo sobre a mesa no lugar em que escrevo um masso de cartas com direcção a Vmce. para assim que tiver notícia do meu infeliz e desgraçado acabamento abrir e mandar levar a do dr. Chrysanto para que elle venha tomar conta da casa, enviar a outra ao Sr. Gracie, para o Rio de Janeiro pelo vapor Macahé, outra é mesmo para Vmce. que eu lhe havia escripto do Rio e me fará o favor de executar o que nella peço. Deixo incluso 25\$000 para me fazer o obsequio de entregar cinco mil réis a cada um dos seguintes: João dos Ramos, Justina, Maria d'Assumpção, Isidro e Claudina, que é o donativo de um mez que se vence no dia 31 do corrente, determinado por minha mulher, porque eu lhes paguei até o fim de junho próximo passado. Em fim meu amigo vou acabar desgraçadamente e bem sinto não poder realisar os meus desejos em seu favor, e mesmo agora temo que o legado que lhe deixo em testamento se não realise; acceite porem em todo o caso o meus reconhecimento dos bons serviços e amisade que sempre me tem prestado.

A Deus peço perdão do que vou praticar e que tenha misericórdia de minha alma, aos meus amigos dirijo um saudoso abraço. Seu am<sup>o</sup> e Compadre obr<sup>o</sup>

José Martins Pinheiro – Barão da Lagoa Dourada

28 de julho de 1876 - É quase meia-noite, estou cansado e em horrível estado a minha imaginação, como bem comprehenderá, vou deitar-me, não para dormir e sim para acomodar o corpo e melhor esperar o momento fatal. Este estado é crudelíssimo, paciência; Deus se compadeça de minha alma.

*Apud: FEYDIT, Júlio. Subsídios para a História de Campos dos Goytacazes. S. João da Barra, RJ: Gráfica Luartson, 2004, p.485-486.*

### **ANEXO 3: DECRETO DE CRIAÇÃO DO LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS**

DECRETO Nº 2503

(1880 - Nº 45)

O bacharel em direito João Marcellino de Souza Gonzaga, moço fidalgo com exercício na casa imperial, dignitário da ordem da Rosa, cavalleiro da de Christo e presidente da província do Rio de Janeiro: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei a resolução seguinte:

Art. 1º - Fica creado na cidade de Campos um lyceu de humanidades.

Parágrafo 1º: Terá as seguintes cadeiras, que serão providas em concurso na capital da província:

1º - Portuguez e francez.

2º - Latim.

3º - Inglez.

4º - Mathematicas elementares.

5º - Historia e geographia.

6º - Rhetorica e poética.

7º - Philosophia.

Parágrafo 2º: Os professores vencerão 1:200\$ de ordenado e 800\$ de gratificação.

Parágrafo 3º: Um dos professores será o director, por designação do presidente da província, e por isso vencerá mais a gratificação de 600\$.

Parágrafo 4º: Para o serviço do lyceu haverá um porteiro contínuo com 600\$ de ordenado e 400\$ de gratificação.

Parágrafo 5º: Com o aluguel da casa e expediente poderá o presidente da província auctorisar a despesa até 1:400\$ annualmente,

Art. 2º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contém. O secretário d'essa província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palácio do governo da província do Rio de Janeiro, aos vinte e dous dias do mês de novembro de mil oitocentos e oitenta, qüinquagésimo nono da Independência e do Império.

João Marcellino de Souza Gonzaga.

Selado e publicado na secretaria de governo, em 23 de novembro de 1880.

O secretário José Lustosa da Cunha Paranaguá.

*Apud:* CARNEIRO, Marília Bulhões dos Santos. *Atos e Fatos da Antiga Campos. SC. A Gaivota* Dados Editora Ltda. 1985, p.104-105

#### **ANEXO 4: NOMEAÇÃO DE COMISSÃO COM O FIM DE PROMOVER DONATIVOS PARA CONSTRUÇÃO OU AQUISIÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA O LICEU**

O presidente da província do Rio de Janeiro, tendo em vista as altas conveniências da instrução pública, no importante município de Campos, que por certo com sobejo motivo reclama a installação do lyceu, creado pela lei nº 2503 de 22 de novembro de 1880, e comprehendendo o alcance do concurso da iniciativa particular na propagação do ensino em tão importante instituição, que antes de tudo exige um edificio condigno e apropriado, para o qual já foi recolhido à thesouraria da directoria da fazenda desta província a significativa doação com que, mais uma vez revelou-se a munificência imperial em prol da instrução do paiz, delibera nomear uma commissão composta dos cidadãos: Visconde de S. Sebastião, Barão de Santa Rita, Drs. Manoel Rodrigues Peixoto, Manoel Coelho de Almeida, Olympio Joaquim da Silva Pinto, Antonio José de Mattos Lima e Manoel Francisco de Oliveira, cônego Joaquim José Pacheco Guimarães, tenente-coronel José Joaquim Moraes e Antonio Manoel da Costa, para o fim de promover donativos com destino a construcção ou aquisição do indispensável edificio, symbolizando dest'arte em um mesmo louvável esforço a nobilíssima aliança do poder público e da acção individual.

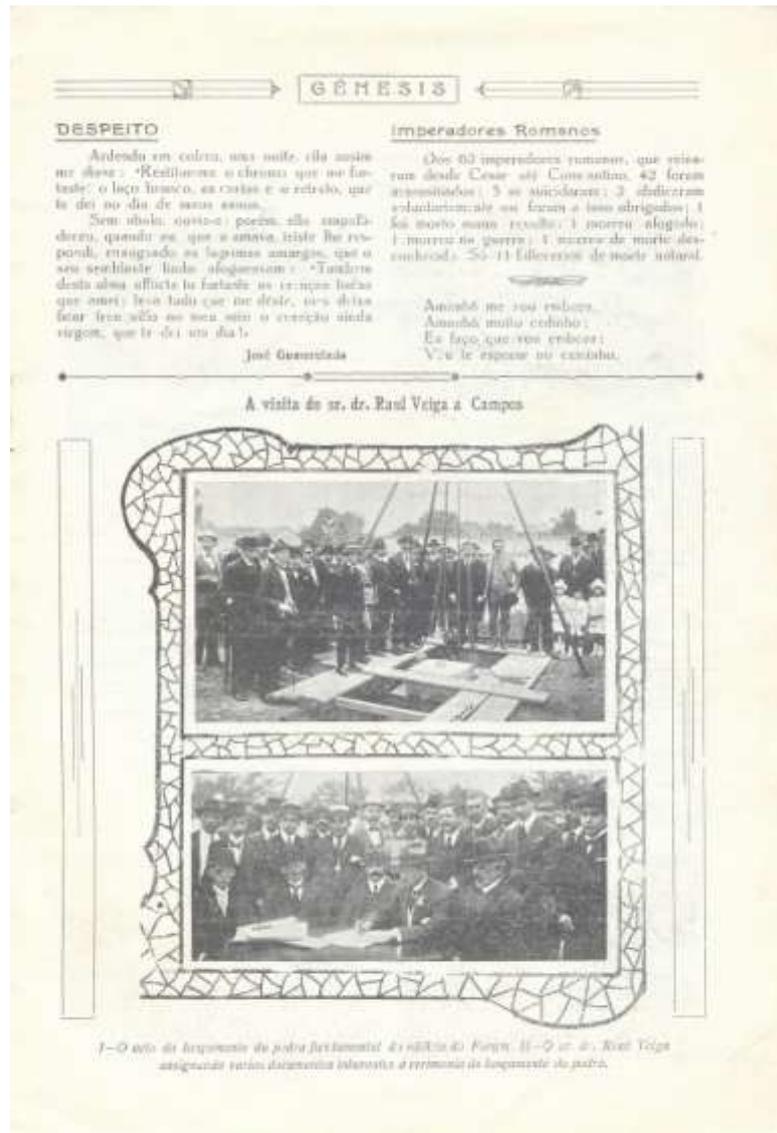
O presidente da província confia no patriotismo de todos e espera, correspondendo aos ardentese desejos do município de Campos, satisfazer em breve os intuitos do legislador provincial, mandando installar o lyceu.

Palácio do governo da província, 16 de julho de 1883.

Bernardo Avelino Gavião Peixoto

*Apud:* CARNEIRO, Marília Bulhões Santos. *Atos e Fatos da Antiga Campos*.SC: A Gaiivota Dados Editora Ltda. 1985, p. 106.

## ANEXO 5: FOTOS DO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO FÓRUM



FONTE: REVISTA GÊNESIS – 05/09/1920 – MATERIAL CEDIDO POR LEONARDO VASCONCELOS.